

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da

**Renova Energia S.A.**

São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renova Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase**

### **Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos**

Conforme mencionado na nota 19.2 às demonstrações financeiras, atualmente encontram-se em andamento investigações conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações que envolvem e incluem também alguns de seus acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos atenção para a nota 1.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 364.053 mil e R\$ 1.607.398 mil, respectivamente, na controladora e no consolidado, e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízos acumulados, na controladora e no consolidado, de R\$ 2.194.590 mil. Além disto, a Companhia depende da obtenção de recursos para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares, bem como para liquidar suas obrigações de curto prazo. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e de suas controladas, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificações de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e/ou de suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Valor recuperável do investimento e do ativo imobilizado**

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, equivalente ao IAS 36, a Companhia deve assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de realização. Em 31 de dezembro de 2017, como resultado do teste anual de recuperabilidade desses ativos, a Companhia e suas controladas observaram a existência de indicativos de desvalorização de certos ativos imobilizados, e conseqüentemente reconheceram uma perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado no montante de R\$ 786.543 mil, conforme divulgado na Nota 13.9 às demonstrações financeiras e conseqüentemente ao investimento da controladora.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista: (i) a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas, especialmente no que diz respeito aos ativos imobilizado em curso no montante de R\$ 1.878.549 mil, divulgados na nota explicativa 13; (ii) a complexidade e à criticidade do processo de avaliação da Administração, que se baseia em diversas premissas como taxa de desconto, volume e preço de venda de energia, prazos de continuidade da operação e gastos para reparação e manutenção dos equipamentos.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise de informações internas e externas que pudessem indicar desvalorização significativa dos ativos imobilizados registrados ao custo histórico; (ii) análise do processo, controles e premissas utilizadas pela Administração para identificação de *impairment* através das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável; e (iii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e projeções e metodologia utilizadas pela Companhia; (iv) validação das informações utilizadas nos cálculos; e (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos do ativo imobilizado e do teste de seu valor recuperável, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota 13.9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas, por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de março de 2017, com opinião sem modificação e contendo a mesma ênfase decorrente de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia. Adicionalmente, o relatório sobre as demonstrações financeiras de 31 dezembro de 2016 contém parágrafo de ênfase referente a depreciação de bens do ativo imobilizado de certas investidas da Companhia destinadas a atividade de geração de energia no regime de produção independente.

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



Building a better  
working world

Edifício Guimarães Trade  
Av. Tancredo Neves, 1189  
17º Andar - Pituba  
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9200  
Fax: (5571) 3501-9019  
www.ey.com.br

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 27 de março de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0



# **Demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

Em 31 de dezembro de 2017



## ÍNDICE

(Página)

Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9

## NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	10
2. Principais políticas contábeis.....	18
3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas .....	27
4. Das autorizações vigentes.....	28
5. Comercialização de energia.....	30
6. Segmentos operacionais .....	31
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras .....	32
8. Contas a receber de clientes.....	33
9. Tributos a recuperar .....	33
10. Cauções e depósitos vinculados .....	33
11. Tributos diferidos .....	34
12. Investimentos.....	36
13. Ativo imobilizado.....	44
14. Fornecedores.....	52
15. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	53
16. Tributos a recolher.....	58
17. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobrás (consolidado).....	58
18. Outras contas a pagar.....	60
19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado).....	60
20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	62
21. Receita líquida .....	64
22. Custos e despesas (receitas).....	65
23. Resultado financeiro .....	66
24. Imposto de renda e contribuição social .....	67
25. Transações com partes relacionadas.....	68
26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	73
27. Prejuízo por ação .....	81
28. Ativos classificados como mantidos para venda .....	82
29. Transações não envolvendo caixa .....	82
30. Eventos subsequentes .....	83

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	24.750	35.786	342	7.993
Contas a receber de clientes	8	44.611	49.138	484	341
Tributos a recuperar	9	14.400	9.453	2.132	1.862
Cauções e depósitos vinculados	10	-	33.510	-	33.510
Partes relacionadas	25	-	-	2.892	18.004
Dividendos a receber	12.4	33.219	-	5.039	620
Adiantamentos a fornecedores		2.327	3.005	1.128	1.725
Outros créditos		8.033	4.968	3.027	2.359
		127.340	135.860	15.044	66.414
Ativos classificados como mantidos para venda	28	16.198	-	16.198	-
Total dos ativos circulantes		143.538	135.860	31.242	66.414
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	7	7.789	-	7.789	-
Contas a receber - CCEE	17	-	2.500	-	-
Partes relacionadas	25	-	-	54.876	309.448
Depósitos judiciais	19	21.384	-	21.384	-
Cauções e depósitos vinculados	10	11.361	87.836	-	-
Tributos diferidos	11	1.442	5.069	-	-
Outros créditos		6.129	140	60	115
Investimentos	12	685.362	947.027	1.490.068	2.606.684
Imobilizado em serviço	13	173.783	1.807.479	18.224	24.505
Imobilizado em curso	13	1.878.549	2.915.225	86.988	258.862
Total dos ativos não circulantes		2.785.799	5.765.276	1.679.389	3.199.614
TOTAL DOS ATIVOS		2.929.337	5.901.136	1.710.631	3.266.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTES					
Fornecedores	14	259.377	546.911	39.305	87.984
Empréstimos e financiamentos	15	1.212.702	2.045.371	300.486	252.508
Debêntures	15	-	670.173	-	496.577
Tributos a recolher	16	18.467	20.698	4.368	9.282
Salários, encargos e férias a pagar		8.133	8.372	8.133	8.372
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras/Distribuidoras	17	46.222	51.149	-	-
Outras contas a pagar	18	77.057	1.687	3	1.281
Partes relacionadas	25	84.964	-	-	-
Provisão para custos socioambientais		1.014	2.540	-	-
		1.707.936	3.346.901	352.295	856.004
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28	43.000	-	43.000	-
Total dos passivos circulantes		1.750.936	3.346.901	395.295	856.004
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	14	25.220	27.703	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	80.636	93.338	-	3.192
Tributos diferidos	11	-	121.583	-	121.415
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras/Distribuidoras	17	522	46.391	-	-
Partes relacionadas	25	265.236	73.722	278.414	270.295
Adiantamentos de clientes	25	-	229.053	-	-
Provisão para perda sobre investimentos	12	-	-	230.135	58.064
Provisão para custos socioambientais		-	5.387	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	26.979	1.460	26.979	1.460
Total dos passivos não circulantes		398.593	598.637	535.528	454.426
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	2.960.776	2.898.012	2.960.776	2.898.012
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		55.379	55.379	55.379	55.379
Prejuízos acumulados		(2.194.590)	(1.055.055)	(2.194.590)	(1.055.055)
Outros resultados abrangentes		-	99.019	-	99.019
Total do patrimônio líquido		779.808	1.955.598	779.808	1.955.598
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		2.929.337	5.901.136	1.710.631	3.266.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA	21	734.098	483.137	-	2.411
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações	13, 22	(10.012)	(93.459)	(4.484)	(5.197)
Custo de operação		(655.165)	(341.992)	-	(66)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(11.491)	(18.162)	-	-
Total	22	(676.668)	(453.613)	(4.484)	(5.263)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		57.430	29.524	(4.484)	(2.852)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(119.863)	(88.484)	(89.156)	(67.899)
Depreciações e amortizações	13, 22	(2.185)	(2.523)	(2.183)	(2.521)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	13.2, 22	(786.543)	(261.723)	(1.722)	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(33.136)	10.769	18.711	26.681
Total	22	(941.727)	(341.961)	(74.350)	(43.739)
Resultado de equivalência patrimonial	12.3	71.465	(5.013)	(1.071.182)	(500.220)
Perda na alienação de ativos	1.2	(147.721)	-	(147.721)	-
Ganho (perda) com investimento	12.3.1	172.243	(455.427)	172.243	(455.427)
Outras receitas		-	20.373	-	20.373
Total		(845.740)	(782.028)	(1.121.010)	(979.013)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		(788.310)	(752.504)	(1.125.494)	(981.865)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		12.196	16.170	3.817	10.061
Despesas financeiras		(470.075)	(418.771)	(139.273)	(194.077)
Total	23	(457.879)	(402.601)	(135.456)	(184.016)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.246.189)	(1.155.105)	(1.260.950)	(1.165.881)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(14.682)	(11.960)	-	287
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11.1	121.336	65.593	121.415	64.122
Total	24	106.654	53.633	121.415	64.409
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.139.535)	(1.101.472)	(1.139.535)	(1.101.472)
Prejuízo por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)	27			(2,80)	(3,23)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício		(1.139.535)	(1.101.472)	(1.139.535)	(1.101.472)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ativos disponíveis para venda	12.3.1	73.224	(182.011)	73.224	(182.011)
Efeito da alienação/ <i>impairment</i> dos ativos disponíveis para venda	12.3.1	(172.243)	281.030	(172.243)	281.030
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>(1.238.554)</b>	<b>(1.002.453)</b>	<b>(1.238.554)</b>	<b>(1.002.453)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital		Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio	Reserva legal	Lucros retidos	Reserva especial de dividendos não distribuídos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.568.010	(41.757)	55.245	1	2.321	33.072	11.024	-	-	2.627.916
Aumento do capital social - emissão de ações		330.002	-	-	-	-	-	-	-	-	330.002
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	25.5.1	-	-	133	-	-	-	-	-	-	133
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(1.101.472)	-	(1.101.472)
Compensação de prejuízo		-	-	-	-	(2.321)	(33.072)	(11.024)	46.417	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Ativos disponíveis para venda	12.3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	(182.011)	(182.011)
Impairment de ativos disponíveis para venda	12.3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	281.030	281.030
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		2.898.012	(41.757)	55.378	1	-	-	-	(1.055.055)	99.019	1.955.598
Aumento do capital social - emissão de ações	20.b	62.764	-	-	-	-	-	-	-	-	62.764
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(1.139.535)	-	(1.139.535)
Outros resultados abrangentes:											
Ativos disponíveis para venda	12.3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	73.224	73.224
Efeito da alienação dos ativos disponíveis para venda	12.3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	(172.243)	(172.243)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		2.960.776	(41.757)	55.378	1	-	-	-	(2.194.590)	-	779.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais

Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Prejuízo do exercício	(1.139.535)	(1.101.472)	(1.139.535)	(1.101.472)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciação	13, 22	12.197	95.982	6.667
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	13, 22	786.543	261.723	1.722
Valor residual do ativo imobilizado baixado	13	51.451	5.797	19.960
Perda na alienação de ativos	1.2	147.721	-	147.721
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	23	(6.886)	(13.488)	(1.972)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	25	47.425	30.253	18.994
Juros sobre contas a pagar		30.045	-	1.092
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4, 23	268.151	264.722	98.692
Apropriação dos custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4	8.051	1.779	7.639
Atualização e provisão (reversão) CCEE/Eletronas/Distribuidoras	17.1	8.642	65.115	-
Multa sobre ressarcimento	17.1, 22	17.895	14.026	-
Tributos diferidos	11.1	(121.242)	(67.336)	(121.415)
Atualização e provisão para custos socioambientais		30	1.417	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	25.656	750	25.656
Provisão (reversão) para gratificações a pagar		5.385	6.500	5.385
Pagamentos baseados em ações	25.5.1	-	133	-
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	12.3.1	(172.243)	-	(172.243)
Perda no investimento	12.3.1	-	455.427	-
Reconhecimento de dividendos de investida	12.4	-	(20.373)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12.3	(71.465)	5.013	1.071.182
Perdão da dívida		(66.292)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes		(26.338)	(19.669)	(143)
Depósitos judiciais		(21.384)	-	(21.384)
Tributos a recuperar		(6.674)	4.984	(270)
Despesas antecipadas		-	83	-
Adiantamentos a fornecedores		(1.406)	(378)	597
Outros créditos		(13.251)	1.558	(613)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		(78.460)	(64.651)	(29.595)
Tributos a recolher		13.995	(905)	(8.712)
Salários e férias a pagar		(5.624)	(7.186)	(5.624)
Contas a pagar CCEE/Eletronas/Distribuidoras	17.1	(22.875)	(7.603)	-
Provisão para custos socioambientais		-	(584)	-
Outras contas a pagar		75.412	(1.480)	(1.054)
Adiantamentos de cliente		-	212.000	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(6.272)	(13.079)	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4	(114.730)	(288.294)	(52.551)
Pagamentos de contingências	19	(137)	-	(137)
Dividendos recebidos	12.4	38.250	45.873	184
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(337.965)	(133.363)	(149.981)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aportes de capital em investidas		-	-	(18.357)
Recursos para futuro aumento de capital	12.3.2	-	-	2.325
Recebimento na alienação de ativos	1.2	778.734	-	778.734
Aplicações financeiras		(5.658)	27.061	(7.085)
Cauções e depósitos vinculados		60.848	(28.787)	34.778
Aquisição de imobilizado		(13.139)	(289.033)	(4.430)
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores		(3.560)	(101.408)	-
Partes relacionadas		-	-	(188.894)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		817.225	(392.167)	613.103
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Integralização de ações	20.b	62.764	330.002	62.764
Valores recebidos de empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4, 29	-	552.974	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4	(553.060)	(388.484)	(505.571)
Partes relacionadas - ingresso		-	-	218.006
Partes relacionadas - pagamento		-	-	(245.972)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(490.296)	494.492	(470.773)
<b>REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(11.036)</b>	<b>(31.038)</b>	<b>(7.651)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	35.786	66.824	7.993
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	24.750	35.786	342
<b>REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(11.036)</b>	<b>(31.038)</b>	<b>(7.651)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS					
Vendas de energia	21	807.567	527.182	-	2.827
Receitas relativas à construção de ativos próprios		3.178	129.092	3.178	10.406
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(666.688)	(360.186)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(228.529)	(73.331)	(91.556)	(42.232)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	13.2, 22	(786.543)	(261.723)	(1.722)	-
Perda no investimento		172.243	(455.427)	172.243	(455.427)
Perda na alienação de ativos	1.2	(147.721)	-	(147.721)	-
Valor adicionado bruto		(846.493)	(494.393)	(65.578)	(484.426)
Depreciação	13, 22	(12.197)	(95.982)	(6.667)	(7.718)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(858.690)	(590.375)	(72.245)	(492.144)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	12.3	71.465	(5.013)	(1.071.182)	(500.220)
Outras receitas	12.4	-	20.373	-	20.373
Receitas financeiras		13.308	17.557	4.001	10.061
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(773.917)	(557.458)	(1.139.426)	(961.930)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		9.987	28.565	1.018	15.865
Honorários da administração	25.4	10.439	10.165	10.439	10.165
Benefícios		4.039	9.275	2.359	6.542
FGTS		2.164	4.514	1.250	3.377
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		(20.991)	(333)	(117.853)	(57.481)
Estaduais		2	-	-	-
Municipais		8	137	8	137
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		419.954	498.078	117.857	177.459
Aluguéis		2.216	3.689	1.418	2.885
Outros		(62.200)	(10.076)	(16.387)	(19.407)
Prejuízo do exercício		(1.139.535)	(1.101.472)	(1.139.535)	(1.101.472)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(773.917)	(557.458)	(1.139.426)	(961.930)



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais

### 1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar - São Paulo, e escritório administrativo na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em construção e em pré-operação (“Grupo Renova”):

		% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
PCH	Consolidação				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	100,00	-	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99	-	99,99
Renova PCH LTDA.	(c) Integral	99,00	-	99,00	-
Chiplely SP Participações S.A. (Holding)	(d) Integral	99,99	-	99,99	-

		% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Eólico	Consolidação				
Nova Energia Holding S.A. (Holding)*	(e) Integral	-	-	99,99	-
Renova Eólica Participações S.A. (Holding)*	(e) Integral na Nova Energia	-	-	-	100,00
Centrais Eólicas da Prata S.A.*	(f) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.*	(f) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Morrão S.A.*	(f) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Seraíma S.A.*	(f) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Tanque S.A.*	(f) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.*	(f) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Ametista S.A.*	(g) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Borgo S.A.*	(g) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Caetité S.A.*	(g) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Dourados S.A.*	(g) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Espigão S.A.*	(g) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Maron S.A.*	(g) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.*	(g) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Pilões S.A.*	(g) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.*	(g) Integral na Renova Eólica	-	-	-	99,99
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)**	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)**	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas São Salvador S.A.**	(h) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.**	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.**	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.**	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.**	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.**	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.**	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.**	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.**	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.**	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Facheiro S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A.**	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A.**	(j) Integral	99,99	-	99,99	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Cansanção S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Ico S.A.**	(j) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.**	(j) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(e) Integral	99,00	-	99,00	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	(k) Integral na Bela Vista XIV	-	99,00	-	99,00
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapua XV LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Parque Eólico Iansã LTDA	(k) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Bela Vista XV LTDA.***	(j) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.***	(l) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.***	(l) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.***	(l) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.***	(l) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.***	(l) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.***	(l) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 7 LTDA.***	(n) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 8 LTDA.***	(n) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 9 LTDA.***	(n) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 10 LTDA.***	(k) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 11 LTDA.***	(k) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 12 LTDA.***	(k) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 13 LTDA.***	(k) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 14 LTDA.***	(k) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 15 LTDA.***	(k) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 16 LTDA.***	(k) Integral	-	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 18 LTDA.***	(k) Integral	-	-	99,00	-

UFV (Usina Fotovoltaica)	Consolidação	% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-

Holding	Consolidação	% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renovapar S.A.	(p) Integral	100,00	-	100,00	-
Espra Holding S.A.	(p) Integral	99,00	-	99,00	-
Bahia Holding S.A.	(p) Integral	99,00	-	99,00	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(p) Integral	99,99	-	99,99	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
Comercialização	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(o) Integral	100,00	-	100,00	-

		% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
PCH	Controle compartilhado não consolidado	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brasil PCH S.A.	(q) Indireto pela Chipley	-	51,00	-	51,00

		% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
Holding	Outras participações	Direta	Indireta	Direta	Indireta
TerraForm Global, Inc.****	(r) Direto	-	-	11,64	-

(\*) em 3 de agosto de 2017, esse investimento foi alienado, conforme nota 1.2.2.

(\*\*) empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III.

(\*\*\*) em 24 de novembro de 2017, esse investimento foi alienado, conforme nota 1.2.3.

(\*\*\*\*) em 29 de junho de 2017, esse investimento foi alienado, conforme nota 1.2.1.

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”). A Espra entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica. A empresa está em fase pré-operacional.
- (d) Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, possuía toda a sua produção contratada com a CCEE (“Câmara de Comercialização de Energia Elétrica”), no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2010 (“LER 2010”). Em 03 de agosto de 2017, a Companhia alienou a totalidade das ações da Nova Energia S.A., controladora indireta destas sociedades (vide nota 1.2.2.)
- (g) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, possuía toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”). Em 03 de agosto de 2017, a Companhia alienou a totalidade das ações da Nova Energia S.A., controladora indireta destas sociedades (vide nota 1.2.2.)

- (h) Centrais Eólicas São Salvador S.A. (“São Salvador”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico São Salvador, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tinha toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2012 (“LEN 2012 (A-5)”), vide nota 1.3.
- (i) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Os parques eólicos estão em fase implantação, vide nota 1.1.
- (j) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção comercializada no mercado livre. Os parques eólicos estão em fase implantação.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica. Essas empresas estão em fase de implantação.
- (l) Controladas diretas, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2013 (“LEN 2013 (A-5)”). Em 24 de novembro de 2017, a Companhia alienou a totalidade das ações dessas controladas, vide nota 1.2.3 e 1.3.
- (m) Controladas diretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”). Em 28 de agosto de 2017, a Companhia desconstruiu os parques que comercializaram energia solar, vide nota 1.3.
- (n) Controladas diretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2014 (“LEN 2014 (A-5)”). Em 24 de novembro de 2017, a Companhia alienou a totalidade das ações dessas controladas, vide nota 1.2.3.
- (o) Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (p) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (q) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.
- (r) TerraForm Global, Inc. (“TerraForm” ou “TerraForm Global”) é uma empresa constituída para deter e operar ativos de geração de energia limpa em mercados emergentes com alto crescimento. Em 29 de junho de 2017, a Companhia alienou a totalidade das ações da TerraForm Global, vide nota 1.2.1.

## 1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1 de outubro de 2017 (LER 2014), contudo ambos estão atrasados e com previsão de entrada em operação condicionada a entrada de recursos financeiros, prevista para ocorrer até o segundo semestre de 2018. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide nota 17).

## 1.2 Venda de ativos

### 1.2.1 Ações TerraForm

Em 15 de maio de 2017, a Companhia e a Brookfield Asset Management, por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a Companhia detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. ("TerraForm Global"). O preço total de aquisição das ações foi de R\$305.766 (US\$ 92,8 milhões), pagos à Companhia em 29 de junho de 2017. Abaixo demonstramos o valor da perda em toda a operação sem considerar os efeitos tributários:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Valor da venda	305.766
Custo do investimento	(334.885)
Perda na alienação	<u>(29.119)</u>

Também nesta data foi celebrado um acordo entre a Companhia e a TerraForm Global no qual as partes concordam em encerrar o processo de arbitragem mediante compensações à Renova de R\$48.559 (US\$15 milhões), recebidos em 29 de junho de 2017.

### 1.2.2 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LER 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê da totalidade das ações da Nova Energia detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II, nos termos do Contrato de Compra de ações assinado em 18 de abril de 2017. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação base

A AES Tietê constituiu garantias no valor total de R\$ 128.000, que poderão ser pagas à Companhia, conforme segue:

<u>Garantia</u>	<u>Valor</u>
Valores em garantia em razão dos litígios	58.000
Valores em garantia em razão do Earn-Out	50.000
Valores em garantia em razão da indenização geral	20.000
Total	<u>128.000</u>



Abaixo, demonstramos o valor da operação sem considerar os efeitos tributários:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Valor da venda	456.000
Custo do investimento <sup>(a)</sup>	(477.527)
Perda antes dos outros custos e provisões	(21.527)
Outros custos na venda <sup>(b)</sup>	(13.226)
Perda na alienação	(34.753)

(a) O custo do investimento anteriormente divulgado foi alterado para contemplar ajustes identificados posteriormente.

(b) Corresponde a gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

### 1.2.3 Complexo Eólico Umburanas

Em 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas (LEN 2013 (A-5) e LEN 2014 (A-5)) com a Engie Brasil Energia S.A. (“Engie”), por meio da sua subsidiária ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. O preço base total de venda das ações das sociedades que integram o Complexo foi de R\$15.000. Conforme previsto no 1º Aditivo e Termo de fechamento ao referido contrato, as partes ajustaram o preço de venda para R\$16.938 decorrente do acordo para pagamento de 50% do valor da multa aplicada pela ANEEL pelo cancelamento de 4 outorgas deste mesmo complexo (vide nota 22). O preço da venda será pago conforme previsto em contrato:

Parcela	Valor	Recebimento
Primeira parcela:	R\$7.500	24/11/2017, data da conclusão da operação.
Segunda parcela:	R\$7.958	22/12/2017, recebido o saldo de R\$4.082, após descontado o valor de R\$ 3.876 referente a multa aplicada pela ANEEL.
Terceira parcela	R\$1.510	Um ano após a data do fechamento da operação. O valor da terceira parcela deverá ser corrigido por 100% do CDI.

Abaixo demonstramos o valor da perda em toda a operação sem considerar os efeitos tributários:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Valor da venda	16.968
Custo do investimento	(99.115)
Perda antes dos outros custos e provisões	(82.147)
Outros custos na venda <sup>(a)</sup>	(1.702)
Perda na alienação	(83.849)

(a) Corresponde a gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

Em decorrência desta transação, a Administração da Companhia entende que atingirá objetivos estratégicos de médio e longo prazo que agregam valor significativo a operação da Companhia:

- redução da necessidade de Capex no médio prazo: a venda do Projeto Umburanas II, cujo início de fornecimento estava programado para janeiro 2019, reduz a necessidade de desembolso de caixa nos próximos 15 meses;
- redução da exposição de comercialização: dentro do escopo da transação, ocorrerá também a cessão dos PPAs do Light II, Mercado Livre II e Mercado Livre III que totalizam um volume de energia vendida de 98,4 MW médios, reduzindo a exposição decorrente destes contratos a partir de 01 de julho 2019, conforme negociado entre as partes. (Nota 25.3)

Além da aplicação da multa mencionada no quadro acima, a ANEEL decidiu pela suspensão do direito da Companhia de contratar ou participar de licitações promovidas por ela pelo período de 1 ano. Essa penalidade poderá ser afastada na hipótese de transferência de controle da Companhia.

O total de R\$147.721 referente a perda nas alienações mencionadas acima foi reconhecido na rubrica de “Perda na alienação de ativos” na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### 1.3 Readequação do portfólio

Com o objetivo de redimensionar o seu portfólio de negócios, otimizar os investimentos e readequar sua estrutura de capital, até 31 de dezembro de 2017, a Companhia descontratou os seguintes contratos:

LEN 2012 (A-5) - em 19 de maio de 2017, a Companhia cancelou permanentemente os 10,2 MWm contratados a partir de janeiro de 2018 até o término do contrato, no âmbito do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (“MCSD”) A4+. Para o período de janeiro a março de 2017 a Companhia comprou energia de determinadas empresas do LEN 2011 (A-3) e da Renova Comercializadora (vide nota 25.3.c).

LEN 2013 (A-5) - em 30 de maio de 2017, a Companhia cancelou permanentemente os 178,0 MWm contratados a partir de janeiro de 2018 até o término do contrato, no âmbito do MCSD A4+.

LER 2014 - em 28 de agosto de 2017, a Companhia consagrou-se vencedora no Mecanismo de Descontratação de Energia de Reserva descontratando 21,8 MWm referente aos projetos solares UFV Caetité I, II, IV e V, frente ao pagamento de um prêmio de R\$7.879, reconhecidos no resultado do exercício (vide nota 22), de acordo com as regras do edital.

### 1.4 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo naquela data de R\$1.139.535 e possui prejuízos acumulados de R\$2.194.590, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$364.053 (controladora) e R\$1.607.398 (consolidado) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares.

Os principais motivos para esse cenário são: i) investimentos relevantes na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III, ii) não liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES e iii) durante o exercício a Companhia reconheceu perdas na alienação de determinados investimentos (nota 1.2), no montante de R\$147.721 e provisão para *impairment* de ativo imobilizado em curso, no montante de R\$786.543 (nota 13.9).

Diante deste cenário, a Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, conforme segue:

- (1) Em 3 de agosto de 2017, com a conclusão da venda dos parques do Alto Sertão II a Companhia quitou o saldo das debêntures e transferiu o saldo da dívida desses parques (R\$1.115.750, em 30 de junho de 2017) para a AES Tietê, reduzindo seu endividamento em R\$1.480.684.
- (2) Otimização do portfólio de contratos com a) cancelamento permanente de 210 MWm dos projetos LEN 2012 e LEN 2013, no âmbito do MCSD A4+ e LER 2014 Solar (vide nota 1.3); b) cancelamento de 66,8MWm referente ao Lote 02 do PPA do ACL Light II, sem ônus para ambas as partes; c) cessão de 98,4 MWm para a Engie, a partir de 1º de julho de 2019, referente aos PPAs do ACL Light II, Mercado livre II e Mercado livre III, reduzindo assim a necessidade de Capex no médio prazo e da exposição de comercialização.



- (3) Em 24 de novembro de 2017, com a conclusão da venda do Complexo Eólico Umburanas e em cumprimento das condições previstas na cláusula 2.3 do contrato de confissão de dívida assinado em 18 de agosto de 2017, entre as controladas do Alto Sertão III e a GE Energias Renováveis Ltda. (“GE”), a Companhia obteve o perdão da dívida junto a GE, no valor de R\$66.292.
- (4) Contratação de financiamento de longo prazo com o BNDES - a Companhia continua negociando a assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$885.786 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III–Fase A. Uma vez que o longo prazo seja contratado parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III – Fase A o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87%(\*) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES.
- (5) Em 27 de fevereiro de 2018, a Companhia aceitou a proposta vinculante para venda do Complexo Eólico Alto Sertão III (PPA e projetos inscritos no leilão de dezembro de 2017), no valor de R\$650.000, conforme nota 30.2. Se concluída a transação, os recursos obtidos com a venda serão direcionados prioritariamente para pagamento dos fornecedores deste Complexo e os financiamentos existentes, que em 31 de dezembro de 2017 montam em R\$897.957, serão transferidos para a Brookfield Energia Renovável S.A. (“Brookfield”).
- (6) Os acionistas continuam empenhados em suportar financeiramente para que a Companhia alcance o reequilíbrio de liquidez. Dentre as medidas já implementadas estão os aportes feitos pelos acionistas que em 2017, totalizaram R\$62.764 (nota 20) e novas antecipações de receitas previstas para 2018 (vide nota 30.3).
- (7) Como alternativa para viabilização de novos recursos, existe a possibilidade de otimização do portfólio e venda de projetos.

A Administração entende que, com sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## 2. Principais políticas contábeis

### 2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

## **2.2 Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2018.

## **2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Conforme nota 1.2, certos ativos foram alienados no exercício de 2017. Desta forma, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

## **2.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Conforme nota 1.2, os ativos operacionais alienados foram consolidados no resultado até a data da sua alienação.

## **2.5 Investimentos em coligadas**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixa de ser uma coligada ou quando o investimento é classificado como mantido para venda. Quando a Companhia detém uma participação na coligada antiga e a participação detida é um ativo financeiro, a Companhia mensura a participação detida pelo valor justo naquela data e o valor justo é considerado seu valor justo no reconhecimento inicial de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38). A diferença entre o valor contábil da coligada na data em que o uso do método de equivalência patrimonial é descontinuado e o valor justo de qualquer participação detida e quaisquer resultados da alienação parcial da participação na coligada é incluída na determinação do ganho ou da perda.

## 2.6 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

## 2.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

## 2.8 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

## 2.9 Acordos de pagamentos baseados em ação

O plano de remuneração baseado em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 25.5. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

No caso dos pagamentos baseados em ações que são liquidados em caixa, um passivo é inicialmente registrado proporcionalmente ao valor justo dos produtos e serviços recebidos. No fim de cada período de relatório, o passivo é atualizado com base em seu valor justo e as mudanças são registradas no resultado do exercício.

## 2.10 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### 2.10.1 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

As controladas Espira, os parques eólicos LER 2010 e LEN 2011 (A-3) (até julho de 2017) optaram pelo regime de lucro presumido. A Controladora e demais companhias listadas na nota 1 optaram pelo regime de lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

### 2.10.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

## 2.11 Ativo imobilizado

### 2.11.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

### 2.11.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

## 2.12 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes

dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## 2.14 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 2.14.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ii) investimentos mantidos até o vencimento, iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

#### 2.14.1.1 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são as aplicações financeiras (nota 7).



#### 2.14.1.2 Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)
- Contas a receber de clientes (nota 8);
- Cauções e depósitos vinculados (nota 10);
- Contas a receber CCEE (nota 17); e
- Transações com partes relacionadas (nota 25).

#### 2.14.2 Passivos financeiros

##### 2.14.2.1 Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 14);
- Empréstimos e financiamentos (nota 15);
- Contas a pagar – CCEE e Eletrobras (nota 17); e
- Transações com partes relacionadas (nota 25).

#### 2.14.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

### 2.15 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

### 2.16 Adoção das IFRSs novas e revisadas

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1 de janeiro de 2017.

a) Em vigor a partir de janeiro de 2017:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações à IAS 12 (CPC 32) – Impostos sobre receitas	Esclarece o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias.
Alterações à IAS 7 (CPC 03) – Fluxo de caixa	Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.
Alterações à IFRS 12 (CPC 45) - Divulgação de Participações em outras Entidades	Ciclos de melhorias anuais 2015 – 2

A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018

#### IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

##### - Ativos financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

##### - Perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais – *impairment*

A IFRS 9 (CPC 48) substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 (CPC 38) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Essa alteração do modelo, tem como objetivo reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a norma, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data do relatório; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.



No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Considerando ainda que Companhia não tem histórico de inadimplência com seus clientes e ainda não havendo valores vencidos no seu contas a receber a Companhia entende que com base nos estudos realizados até o momento não há expectativa de perdas por redução ao valor recuperável a ser reconhecida.

#### - Passivos financeiros

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pela IAS 39 (CPC 38) requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes.

A Companhia avaliou e entende que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 (CPC 48). Tem expectativa de continuar avaliando seus passivos financeiros ao custo amortizado.

#### IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 (CPC 47) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento das receitas exigidas pela IFRS 15 em relação aos serviços nos segmentos de geração e comercialização de energia.

#### c) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

#### IFRS 16 (CPC 06-R2) – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 (CPC 06-R2) foi emitida em janeiro de 2016, e estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Embora ainda esteja avaliando, a Companhia entende que essa alteração trará impacto significativo nas suas operações.

### 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Anualmente, a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os períodos em que a Companhia possui autorização dos órgãos reguladores e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota 13.9.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 19.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 26.

d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.11.2, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 13.

## 4. Das autorizações vigentes

### 4.1 Mercado regulado (ACR)

	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
<b>PCH</b>					
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
<b>Eólico</b>					
Centrais Eólicas São Salvador S.A. <sup>(1)</sup>	LEN 06/2012 (A-5)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo)	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,00 MW

Nota (1): potência instalada alterada, conforme Despacho 1.814, de 7 de julho de 2016. O contrato de venda de energia do LEN 06/2012 (A-5) foi cancelado conforme nota 1.3, porém a autorização continua vigente.

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## 4.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	ACL (Light I)	5096	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Jallozia S.A.	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	21,90 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	ACL (Mercado livre I)	5124	01/04/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	ACL (Mercado livre I)	5128	01/04/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado livre III)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado livre III)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	ACL (Light II)	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	ACL (Light II)	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda.	ACL (Light II)	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	ACL (Light II)	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	ACL (Light II)	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda.	ACL (Light II)	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda.	ACL (Light II)	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	ACL (Light II)	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A.	ACL (Light II)	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A.	ACL (Light II)	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	ACL (Light II)	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A.	ACL (Light II)	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A.	ACL (Mercado livre II)	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calianira S.A.	ACL (Mercado livre II)	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	ACL (Mercado livre II)	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A.	ACL (Mercado livre II)	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	ACL (Mercado livre II)	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda.	ACL (Mercado livre II)	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	ACL (Mercado livre II)	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	ACL (Mercado livre II)	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## 5. Comercialização de energia

### 5.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	255,40	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	255,40	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	255,40	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	137,02	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	148,09	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	144,97	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	134,94	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	135,96	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Cerrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	135,45	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	138,05	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	136,50	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	137,48	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Renova Energia S.A. (Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	168,46	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	168,46	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Quina)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	168,46	out/17	set/37	IPCA	novembro

### 5.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre, que totalizam 209,6MW médios<sup>(\*)</sup> de energia contratada, conforme quadro abaixo:

Parques	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)
Light I	Eólica	100,2
Light II <sup>(a)</sup> <sup>(b)</sup>	Eólica	33,4
Mercado livre I	Eólica	11,0
Mercado livre II <sup>(b)</sup>	Eólica	50,0
Mercado livre III <sup>(b)</sup>	Eólica	15,0
		<u>209,6</u>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- (a) Em 24 de novembro de 2017, foi assinado o 6º Termo Aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado entre Renova Comercializadora e a CEMIG GT (Light II) cancelando a entrega da energia referente ao Lote 02, sem ônus para ambas as partes.
- (b) A partir de 1º de julho de 2019, os PPAs do ACL Light II, Mercado livre II e Mercado livre III, que totalizam um volume de energia vendida de 98,4 MW médios, serão cedidos para a Engie, conforme negociação de venda do Complexo Umburanas.

## 6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.
- Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Em agosto e novembro de 2017 os parques do Alto Sertão II e Umburanas, respectivamente, foram alienados, conforme nota explicativa 1.2.2 e 1.2.3.
- Solar – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fonte solar. Inclui medições, desenvolvimento de projetos solares de geração em larga escala e de geração distribuída e também venda de mercadorias e serviços.
- Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações da Companhia, substancialmente as operações da TerraForm até junho de 2017 (nota 1.2.1).

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	31/12/2017				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	36.192	85.579	612.327	-	734.098
Custos não gerenciáveis	(638)	(10.853)	-	-	(11.491)
Margem Bruta	35.554	74.726	612.327	-	722.607
Custos gerenciáveis	(14.467)	(61.349)	(661.901)	(70.447)	(808.164)
Depreciação	(5.532)	(4.484)	-	(2.181)	(12.197)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(786.006)	-	(537)	(786.543)
Resultado de equivalência patrimonial	71.465	-	-	-	71.465
Perda na alienação de ativos	-	-	-	(147.721)	(147.721)
Ganho no investimento	-	-	-	172.243	172.243
Receita financeira	7.531	(12.332)	13.181	3.816	12.196
Despesa financeira	(6.603)	(275.826)	(48.374)	(139.272)	(470.075)
Imposto de renda e contribuição social	(3.787)	(10.974)	-	121.415	106.654
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	84.161	(1.076.245)	(84.767)	(62.684)	(1.139.535)
Ativos totais	904.483	1.897.809	72.642	54.403	2.929.337
Passivos totais	108.193	1.012.610	606.451	422.275	2.149.529

	31/12/2016					
	PCH	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	35.318	137.787	98	307.621	2.313	483.137
Custos não gerenciáveis	(694)	(17.468)	-	-	-	(18.162)
Margem Bruta	34.624	120.319	98	307.621	2.313	464.975
Custos gerenciáveis	(20.070)	(95.576)	(157)	(262.382)	(41.522)	(419.707)
Outras receitas	-	-	-	-	20.373	20.373
Depreciação	(9.230)	(79.034)	-	-	(7.718)	(95.982)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(261.723)	-	-	-	(261.723)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.013)	-	-	-	-	(5.013)
Perda no investimento	-	-	-	-	(455.427)	(455.427)
Receita financeira	3.249	1.917	-	943	10.061	16.170
Despesa financeira	(9.267)	(195.154)	-	(30.642)	(183.708)	(418.771)
Imposto de renda e contribuição social	(3.137)	(7.639)	-	-	64.409	53.633
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(8.844)	(516.890)	(59)	15.540	(591.219)	(1.101.472)
Ativos totais	900.466	4.610.951	481	37.024	352.214	5.901.136
Passivos totais	114.942	2.529.455	-	319.070	982.071	3.945.538

## 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	196	15	169	4
Bancos conta movimento	1.405	8.329	132	767
Aplicações financeiras de liquidez imediata	23.149	27.442	41	7.222
Aplicações financeiras	7.789	-	7.789	-
Total	32.539	35.786	8.131	7.993
Apresentados como:				
<u>Circulante</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	24.750	35.786	342	7.993
<u>Não circulante</u>				
Aplicações financeiras	7.789	-	7.789	-
Total	32.539	35.786	8.131	7.993

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa de operações compromissadas, remunerados a taxas que variam de 50% até 100% do CDI.

A aplicação financeira apresentada no não circulante não tem característica de caixa e equivalentes de caixa e por isso foi classificada na linha de aplicação financeira mantida até o vencimento. Essa aplicação é garantidora da fiança constituída em favor do projeto Mercado Livre I e está remunerada a uma taxa de 98,5% do CDI.



## 8. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comercialização Mercado livre	38.901	28.736	-	-
Eletrobras - ESPRA	5.226	4.161	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - LER 2010 e LEN 2011 (A-3)	-	15.881	-	-
Distribuidoras - LEN 2011 (A-3)	-	19	-	-
Outros	484	341	484	341
<b>Total</b>	<b>44.611</b>	<b>49.138</b>	<b>484</b>	<b>341</b>

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização. Os valores registrados na linha de Comercialização Mercado livre foram integralmente recebidos em janeiro de 2018. O contas a receber de clientes inclui valores a receber de partes relacionadas no montante de R\$25.009 (vide nota 25).

## 9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRRF a compensar	3.209	5.660	345	1.717
IRPJ a compensar	2.588	1.041	1.330	109
COFINS a recuperar	6.640	2.128	5	-
PIS a recuperar	1.491	481	1	-
Outros impostos a compensar	472	143	451	36
<b>Total</b>	<b>14.400</b>	<b>9.453</b>	<b>2.132</b>	<b>1.862</b>

O aumento do saldo refere-se basicamente a créditos acumulados nas operações da Renova Comercializadora, em função do custo com compra de energia ser superior ao valor da venda.

## 10. Cauções e depósitos vinculados

	Consolidado		Controladora
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Cauções e depósitos vinculados	11.361	121.346	33.510
Apresentados como:			
Circulante	-	33.510	33.510
Não circulante	11.361	87.836	-
<b>Total</b>	<b>11.361</b>	<b>121.346</b>	<b>33.510</b>



Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado		Controladora
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Renova	Outros	-	Aluguel de imóvel/outros itens	-	2.230	2.230
Renova	Garantia	J P Morgan	Alienação de ativos <sup>(a)</sup>	-	31.280	31.280
			Total circulante	-	33.510	33.510
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB <sup>(b)</sup>	11.361	16.608	-
Renova Eólica	Garantia	Itaú	Financiamento BNDES	-	60.429	-
Renova Eólica	Garantia	Itaú	Debêntures	-	10.799	-
			Total não circulante	11.361	87.836	-

a) garantias constituídas em razão da alienação dos ativos do projeto Bahia, e parte das ações da TerraForm Global recebidas pela Renova, em razão da permuta dos ativos do projeto Salvador. Em março e junho de 2017, as partes concordaram em liberar o valor de R\$3.338 e R\$23.012, respectivamente, e a estimativa de perda no valor de R\$10.000 provisionado no resultado em 2015 foi revertido em 2017, na rubrica de Outras receitas (despesas) líquidas.

b) aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98,5% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

## 11. Tributos diferidos

	Consolidado		Controladora
	Ativo	Passivo	Passivo
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
PIS diferido	139	490	16
COFINS diferida	643	2.259	75
IRPJ diferido	392	1.607	89.326
CSLL diferida	268	713	32.166
Total	1.442	5.069	121.583

Os tributos diferidos consolidados foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada. Esses tributos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizados os tributos diferidos registrados na Controladora devido à alienação das ações da TerraForm, relacionados à permuta de ações do Projeto Salvador.

## 11.1 Movimentação líquida (ativo e passivo) dos tributos diferidos

	Consolidado			Controladora
	IRPJ/CSLL	PIS/COFINS	Total	IRPJ/CSLL
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(184.000)	1.822	(182.178)	(185.537)
Cancelamento venda de ativos	(765)	(907)	(1.672)	-
Movimentação líquida no resultado	65.593	1.743	67.336	64.122
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(119.172)	2.658	(116.514)	(121.415)
Movimentação líquida no resultado	121.336	(94)	121.242	121.415
Saldos vinculados aos ativos alienados	(1.504)	(1.782)	(3.286)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	660	782	1.442	-

## 12. Investimentos

### 12.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>PCH</b>				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	119.068	110.924
Renova PCH LTDA.	-	-	5	(4)
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	-	-	786.294	714.821
Brasil PCH S.A.	685.362	685.366	-	-
<b>Eólico</b>				
Nova Energia Holding S.A. <sup>(1)</sup>	-	-	-	394.159
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	-	-	385.172	790.182
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	-	-	7.832	6.184
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	-	-	3.744	7.181
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	-	-	4.897	8.141
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	-	-	6.491	7.442
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	-	2.713	5.590
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	-	3.198	6.697
Centrais Eólicas Tingui S.A.	-	-	(4.082)	6.713
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	-	2.358	5.247
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	-	4.432	6.205
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	-	-	(3.890)	7.032
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	-	-	7.699	5.491
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	-	-	2.759	4.640
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	-	-	(868)	1.000
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	-	-	(1.044)	2.181
Centrais Eólicas Ico S.A.	-	-	3.158	4.390
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	-	-	(2.335)	3.203
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	-	-	(1.504)	3.860
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	-	-	(1.206)	2.293
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	-	-	850	2.397
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	-	-	861	2.819
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	-	-	(179)	198
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	-	130.847	207.666
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	2.048
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	225
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	322
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	194
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	232
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	141
Centrais Eólicas Umburanas 7 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	213
Centrais Eólicas Umburanas 8 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	94
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	-	-	32.619	24.898
Outras participações <sup>(3)</sup>	-	-	(867)	(20)
Renovapar S.A.	-	-	(1)	(2)
<b>Comercialização</b>				
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	(229.088)	(58.038)
<b>Outros</b>				
TerraForm Global, Inc. <sup>(4)</sup>	-	261.661	-	261.661
<b>Total</b>	<b>685.362</b>	<b>947.027</b>	<b>1.259.933</b>	<b>2.548.620</b>
<b>Apresentados como:</b>				
<b>Ativo</b>				
Investimento	685.362	947.027	1.490.068	2.606.684
<b>Passivo</b>				
Provisão para perda sobre investimento	-	-	(230.135)	(58.064)
<b>Total</b>	<b>685.362</b>	<b>947.027</b>	<b>1.259.933</b>	<b>2.548.620</b>

Nota 1: Investimento alienado em 3 de agosto de 2017.

Nota 2: Investimentos alienados em 24 de novembro de 2017.

Nota 3: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 4: Investimento alienado em 29 de junho de 2017.

## 12.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2017						31/12/2016					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Prejuízo no exercício
PCH												
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	119.068	(2.537)	10.681	5.170.101	100,00	101.955	110.924	(1.896)	(1.092)
Renova PCH LTDA.	353.589	99,00	32	5	-	(59)	31.875	99,00	32	(4)	-	(252)
Chipeley SP Participações S.A. (Holding)	739.944.343	99,99	739.944	786.294	(2.066)	73.539	739.944.343	99,99	739.944	714.821	-	(4.362)
Eólico												
Nova Energia Holding S.A. <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	(7.388)	598.361.724	99,99	498.454	394.159	-	(106.093)
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.348.076.402	99,99	1.348.076	385.172	-	(578.396) <sup>(a)</sup>	1.065.591.845	99,99	1.065.592	790.182	-	(266.600)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	14.565.233	99,00	-	7.832	-	(5.306) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	6.184	-	(1.388)
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	6.528.519	99,00	21	3.744	-	(2.512) <sup>(a)</sup>	21.197	99,00	21	7.181	-	(255)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	12.247.433	99,00	-	4.897	-	(6.022) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	8.141	-	(1.270)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	15.875.486	99,00	-	6.491	-	(8.080) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	7.442	-	(1.242)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	22.459.715	99,00	-	2.713	-	(16.857) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	5.590	-	(2.876)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	6.003.140	99,00	-	3.198	-	(2.578) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	6.697	-	(213)
Centrais Eólicas Tingui S.A.	14.879.944	99,00	-	(4.082)	-	(17.266) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	6.713	-	(1.471)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	3.940.779	99,00	-	2.358	-	(1.387) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	5.247	-	(178)
Centrais Eólicas Macambira S.A.	11.852.244	99,00	10	4.432	-	(6.262) <sup>(a)</sup>	10.000	99,00	10	6.205	-	(1.112)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	10.657.338	99,00	-	(3.890)	-	(13.422) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	7.032	-	(882)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	13.699.946	99,00	-	7.699	-	(4.548) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	5.491	-	(1.361)
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	8.309.591	99,00	10	2.759	-	(4.509) <sup>(a)</sup>	10.000	99,00	10	4.640	-	(1.007)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	18.949.369	99,00	-	(868)	-	(16.558) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	1.000	-	(3.246)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	18.617.092	99,00	-	(1.044)	-	(16.527) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	2.181	-	(3.090)
Centrais Eólicas Ico S.A.	8.639.675	99,99	10	3.158	-	(4.393) <sup>(a)</sup>	10.000	99,99	10	4.390	-	(1.057)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	5.156.482	99,00	-	(2.335)	-	(6.930) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	3.203	-	(480)

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2017						31/12/2016					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Prejuízo no exercício
<b>Eólico</b>												
Centrais Eólicas Calianira S.A.	5.600.432	99,99	10	(1.504)	-	(6.520) <sup>(a)</sup>	10.000	99,99	10	3.860	-	(468)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	3.013.149	99,00	-	(1.206)	-	(3.832) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	2.293	-	(357)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	1.832.694	99,00	-	850	-	(830) <sup>(a)</sup>	-	99,00	-	2.397	-	(136)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	2.727.065	99,00	-	861	-	(1.586) <sup>(a)</sup>	100	99,00	-	2.819	-	(126)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	106.891.263	99,00	51	32.619	-	(47.836) <sup>(a)</sup>	51.130	99,00	51	24.898	-	(2.375)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	249.938.073	100,00	249.938	130.847	-	(201.057) <sup>(a)</sup>	249.938.073	100,00	249.938	207.666	-	(44.018)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	861.489	99,00	-	(179)	-	(945)	100	99,00	-	198	-	(72)
Centrais Eólicas Uburanas 1 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	(200)	-	99,00	-	2.048	-	(10)
Centrais Eólicas Uburanas 2 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	(18)	-	99,00	-	225	-	(4)
Centrais Eólicas Uburanas 3 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	(36)	-	99,00	-	322	-	(5)
Centrais Eólicas Uburanas 4 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	(51)	-	99,00	-	194	-	(4)
Centrais Eólicas Uburanas 5 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	(197)	-	99,00	-	232	-	(4)
Centrais Eólicas Uburanas 6 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	(27)	-	99,00	-	141	-	(3)
Centrais Eólicas Uburanas 7 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	(12)	-	99,00	-	213	-	(5)
Centrais Eólicas Uburanas 8 S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	(5)	-	99,00	-	94	-	(8)
Renovapar S.A.	22.062	100,00	-	(1)	-	(1)	100	100,00	-	(2)	-	(2)
Outras participações <sup>(3)</sup>	-	-	-	(867)	-	(2.199)	-	-	-	(20)	-	(209)
<b>Comercialização</b>												
Renova Comercializadora de Energia S.A.	58.377	100,00	58	(229.088)	-	(171.050) <sup>(b)</sup>	58.377	100,00	58	(58.038)	-	(52.887)

Nota 1: Investimento alienado em 3 de agosto de 2017.

Nota 2: Investimentos alienados em 24 de novembro de 2017.

Nota 3: Demais empresas listadas na Nota 1

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 das controladas foi impactado por: (a) reconhecimento de provisão para *impairment*, no valor total de R\$786.543 (vide nota 13.9) e (b) reconhecimento da indenização, no valor de R\$71.100 prevista no contrato de compra e venda de energia com a Light (vide nota 25.3.a).

## 12.3 Movimentação dos investimentos

### 12.3.1 Consolidado

Companhia	31/12/2016	Equivalência patrimonial		Dividendos propostos	Ajuste a valor justo	Baixa de investimento	31/12/2017
		Resultado	Amortização da mais valia				
PCH							
Brasil PCH S.A.	685.366	107.768	(36.303)	(71.469)	-	-	685.362
Outros							
Terraform Global, Inc.	261.661	-	-	-	73.224	(334.885)	-
Total	947.027	107.768	(36.303)	(71.469)	73.224	(334.885)	685.362

Companhia	31/12/2015	Equivalência patrimonial		Dividendos recebidos	Ajuste a valor justo	31/12/2016
		Resultado	Amortização da mais valia			
PCH						
Brasil PCH S.A.	715.879	31.290	(36.303)	(25.500)	-	685.366
Outros						
Terraform Global, Inc.	443.672	-	-	-	(182.011)	261.661
Total	1.159.551	31.290	(36.303)	(25.500)	(182.011)	947.027

Em 2017 o ajuste a valor justo positivo de R\$73.224, foi reconhecido em outros resultados abrangentes, enquanto que, em 2016 os ajustes negativos nos valores justos ocorridos no primeiro e no quarto trimestre no montante de R\$281.030 foram reconhecidos no resultado<sup>(\*)</sup> e o ajuste positivo de R\$99.019, referente ao segundo e terceiro trimestres, foi reconhecido em outros resultados abrangentes na Companhia.

Conforme nota 1.2.1 em junho de 2017, as ações da TerraForm Global foram alienadas a Brookfield Asset Management. Como consequência da alienação das ações, a Companhia reclassificou os ajustes positivos acumulados anteriormente registrados em outros resultados abrangentes, no valor de R\$172.243, para o resultado do exercício na linha Ganho (perda) com investimento.

(\*) em 2016, o ajuste negativo no valor de R\$281.030 foi reconhecido no resultado juntamente com as variações da perda da opção vinculada a operação com TerraForm, no valor de R\$ 174.397, totalizando R\$445.427.

#### 12.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

Em 14 de fevereiro de 2014, a Chipley (controlada da Companhia) adquiriu participação de 51% na Brasil PCH S.A. e com o Acordo de Acionistas obteve controle compartilhado deste empreendimento. A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não examinadas pelos auditores independentes).

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as demonstrações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (CONSOLIDADO)

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>ATIVOS CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS CIRCULANTE</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	148.692	138.158	Empréstimos e financiamentos	216.492	209.390
Outros ativos circulantes	65.201	51.652	Outros passivos circulantes	174.019	134.386
Total dos ativos circulantes	213.893	189.810	Total dos passivos circulantes	390.511	343.776
<u>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS NÃO CIRCULANTE</u>		
Imobilizado	1.076.252	1.113.461	Empréstimos e financiamentos	621.002	781.659
Outros ativos não circulantes	59.555	60.504	Outros passivos não circulantes	64.503	82.552
Total dos ativos não circulantes	1.135.807	1.173.965	Total dos passivos não circulantes	685.505	864.211
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	273.684	155.788
			TOTAL DOS PASSIVOS		
TOTAL DO ATIVO	1.349.700	1.363.775	E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.349.700	1.363.775

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITA LÍQUIDA	390.922	374.634
Custo com depreciação	(39.227)	(33.537)
Outros custos	(53.520)	(52.347)
Despesas gerais e administrativas	(13.609)	(5.232)
Reversão (provisão) para perda com contrato oneroso	19.767	(69.395)
Resultado financeiro	(78.270)	(127.435)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(14.753)	(17.762)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	211.310	68.926

Resultado impactado principalmente por: (a) pela reversão de R\$19.767 referente a provisão para contrato oneroso constituída em 2016 no valor total R\$69.395, em função do aumento do PLD no exercício, venda de energia com valores bem próximos ao de compra e redução da variação do IGPM e (b) redução das despesas financeiras, em função da redução das taxas de juros e da variação do IGPM.



## 12.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2016	Adições	Equivalência patrimonial	Ajuste a valor justo	Dividendos propostos	Outros	Baixa de investimento	31/12/2017
<b>PCH</b>								
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	110.924	-	10.681	-	(2.537)	-	-	119.068
Renova PCH LTDA.	(4)	68	(59)	-	-	-	-	5
Chiplely SP Participações S.A. (Holding)	714.821	-	73.539	-	(2.066)	-	-	786.294
<b>Eólico</b>								
Nova Energia Holding S.A. <sup>(1)</sup>	394.159	90.756	(7.388)	-	-	-	(477.527)	-
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	790.182	173.386	(578.396)	-	-	-	-	385.172
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	6.184	6.954	(5.306)	-	-	-	-	7.832
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	7.181	-	(2.512)	-	-	(925)	-	3.744
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	8.141	2.778	(6.022)	-	-	-	-	4.897
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	7.442	7.129	(8.080)	-	-	-	-	6.491
Centrais Eólicas Conquista S.A.	5.590	13.980	(16.857)	-	-	-	-	2.713
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	6.697	-	(2.578)	-	-	(921)	-	3.198
Centrais Eólicas Tingui S.A.	6.713	6.471	(17.266)	-	-	-	-	(4.082)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	5.247	-	(1.387)	-	-	(1.502)	-	2.358
Centrais Eólicas Macambira S.A.	6.205	4.489	(6.262)	-	-	-	-	4.432
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	7.032	2.500	(13.422)	-	-	-	-	(3.890)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	5.491	6.756	(4.548)	-	-	-	-	7.699
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	4.640	2.628	(4.509)	-	-	-	-	2.759
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	1.000	14.690	(16.558)	-	-	-	-	(868)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	2.181	13.302	(16.527)	-	-	-	-	(1.044)
Centrais Eólicas Ico S.A.	4.390	3.161	(4.393)	-	-	-	-	3.158
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	3.203	1.392	(6.930)	-	-	-	-	(2.335)
Centrais Eólicas Calianira S.A.	3.860	1.156	(6.520)	-	-	-	-	(1.504)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	2.293	333	(3.832)	-	-	-	-	(1.206)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	2.397	-	(830)	-	-	(717)	-	850
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	2.819	-	(1.586)	-	-	(372)	-	861
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	24.898	55.557	(47.836)	-	-	-	-	32.619
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	207.666	124.238	(201.057)	-	-	-	-	130.847
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	198	568	(945)	-	-	-	-	(179)
Centrais Eólicas Uburanas 1 S.A. <sup>(2)</sup>	2.048	18.862	(200)	-	-	-	(20.710)	-
Centrais Eólicas Uburanas 2 S.A. <sup>(2)</sup>	225	12.536	(18)	-	-	-	(12.743)	-
Centrais Eólicas Uburanas 3 S.A. <sup>(2)</sup>	322	13.826	(36)	-	-	-	(14.112)	-
Centrais Eólicas Uburanas 4 S.A. <sup>(2)</sup>	194	12.240	(51)	-	-	-	(12.383)	-
Centrais Eólicas Uburanas 5 S.A. <sup>(2)</sup>	232	13.052	(197)	-	-	-	(13.087)	-
Centrais Eólicas Uburanas 6 S.A. <sup>(2)</sup>	141	7.290	(27)	-	-	-	(7.404)	-
Centrais Eólicas Uburanas 7 S.A. <sup>(2)</sup>	213	15.062	(12)	-	-	-	(15.263)	-
Centrais Eólicas Uburanas 8 S.A. <sup>(2)</sup>	94	3.324	(5)	-	-	-	(3.413)	-
Renovapar S.A.	(2)	2	(1)	-	-	-	-	(1)
Outras participações <sup>(3)</sup>	(20)	1.352	(2.199)	-	-	-	-	(867)
<b>Comercialização</b>								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(58.038)	-	(171.050)	-	-	-	-	(229.088)
<b>Outros</b>								
TerraForm Global, Inc. <sup>(4)</sup>	261.661	-	-	73.224	-	-	(334.885)	-
<b>Total</b>	<b>2.548.620</b>	<b>629.838</b>	<b>(1.071.182)</b>	<b>73.224</b>	<b>(4.603)</b>	<b>(4.437)</b>	<b>(911.527)</b>	<b>1.259.933</b>

Nota 1: Investimento alienado em 3 de agosto de 2017.

Nota 2: Investimento alienado em 24 de novembro de 2017.

Nota 3: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 4: Investimento alienado em 29 de junho de 2017.

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2015	Adições	Equivalência patrimonial	Ajuste a valor justo	Cancelamento da venda de ativos	Dividendos propostos	Outros	31/12/2016
<b>PCH</b>								
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	2.470	-	(1.092)	-	111.442	(1.896)	-	110.924
Renova PCH LTDA.	248	-	(252)	-	-	-	-	(4)
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	719.183	-	(4.362)	-	-	-	-	714.821
<b>Eólico</b>								
Nova Energia Holding S.A.	500.252	-	(106.093)	-	-	-	-	394.159
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	527.966	528.816	(266.600)	-	-	-	-	790.182
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	7.572	-	(1.388)	-	-	-	-	6.184
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	8.100	-	(255)	-	-	-	(664)	7.181
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	9.411	-	(1.270)	-	-	-	-	8.141
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	8.684	-	(1.242)	-	-	-	-	7.442
Centrais Eólicas Conquista S.A.	8.744	-	(2.876)	-	-	-	(278)	5.590
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	7.548	-	(213)	-	-	-	(638)	6.697
Centrais Eólicas Tingui S.A.	8.184	-	(1.471)	-	-	-	-	6.713
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	5.545	-	(178)	-	-	-	(120)	5.247
Centrais Eólicas Macambira S.A.	7.317	-	(1.112)	-	-	-	-	6.205
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	7.914	-	(882)	-	-	-	-	7.032
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	6.852	-	(1.361)	-	-	-	-	5.491
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	5.647	-	(1.007)	-	-	-	-	4.640
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	4.871	-	(3.246)	-	-	-	(625)	1.000
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.271	-	(3.090)	-	-	-	-	2.181
Centrais Eólicas Ico S.A.	5.447	-	(1.057)	-	-	-	-	4.390
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	3.683	-	(480)	-	-	-	-	3.203
Centrais Eólicas Calianira S.A.	4.328	-	(468)	-	-	-	-	3.860
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	2.650	-	(357)	-	-	-	-	2.293
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	2.533	-	(136)	-	-	-	-	2.397
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	2.945	-	(126)	-	-	-	-	2.819
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	270	-	(72)	-	-	-	-	198
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	251.684	-	(44.018)	-	-	-	-	207.666
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	2.058	-	(10)	-	-	-	-	2.048
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	229	-	(4)	-	-	-	-	225
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	327	-	(5)	-	-	-	-	322
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	198	-	(4)	-	-	-	-	194
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	236	-	(4)	-	-	-	-	232
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	144	-	(3)	-	-	-	-	141
Centrais Eólicas Umburanas 7 S.A.	218	-	(5)	-	-	-	-	213
Centrais Eólicas Umburanas 8 S.A.	102	-	(8)	-	-	-	-	94
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	27.273	-	(2.375)	-	-	-	-	24.898
Renovapar S.A.	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Outras participações (*)	182	7	(209)	-	-	-	-	(20)
<b>Comercialização</b>								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(5.151)	-	(52.887)	-	-	-	-	(58.038)
<b>Outros</b>								
TerraForm Global, Inc.	443.672	-	-	(182.011)	-	-	-	261.661
<b>Total</b>	<b>2.594.807</b>	<b>528.823</b>	<b>(500.220)</b>	<b>(182.011)</b>	<b>111.442</b>	<b>(1.896)</b>	<b>(2.325)</b>	<b>2.548.620</b>

(\*) Demais empresas listadas na Nota 1

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para perda em investimento no montante de R\$230.135 (R\$58.064, em 2016).

## 12.4 Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	1.986
Dividendos propostos	45.873	22.269
Dividendos recebidos	(45.873)	(23.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	620
Dividendos propostos	71.469	4.603
Dividendos recebidos	(38.250)	(184)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.219	5.039

Os dividendos propostos correspondem a:

- Controladora: apresenta um saldo de R\$5.039 referente a dividendos a receber das controladas Enerbras e Chipley (31 de dezembro de 2016, R\$620). Em 2016, a Companhia recebeu dividendos da TerraForm, no valor de R\$20.373, que foram reconhecidos no resultado, em outras receitas.
- Consolidado: contemplam os dividendos propostos (R\$71.469) e recebidos da Brasil PCH (R\$38.250), restando um saldo a receber no valor de R\$33.219.

## 13. Ativo imobilizado

### 13.1 Consolidado

		31/12/2017			31/12/2016		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	95.797	(21.168)	74.629	95.797	(18.880)	76.917
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(11.900)	34.436	91.876	(13.485)	78.391
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(19.151)	45.864	1.468.581	(138.541)	1.330.040
Móveis e utensílios	10%	142	(110)	32	142	(106)	36
Equipamento de informática	20%	245	(245)	-	245	(240)	5
Torres de medição	20%	22.692	(17.325)	5.367	23.801	(14.871)	8.930
Equipamentos de medição	20%	3.739	(1.899)	1.840	3.739	(1.186)	2.553
Equipamentos de torres	20%	2.372	(1.399)	973	2.372	(997)	1.375
Outros	20%	16	(11)	5	16	(11)	5
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		-	-	-	2.503	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	-	-	-	7.561	(518)	7.043
Máquinas e equipamentos	4%	-	-	-	301.880	(20.735)	281.145
		236.949	(73.208)	163.741	1.999.108	(209.570)	1.789.538
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(2.021)	3.335	5.356	(1.469)	3.887
Benfeitorias	10%	2.955	(542)	2.413	2.352	(431)	1.921
Móveis e utensílios	10%	5.857	(2.713)	3.144	5.895	(2.135)	3.760
Softwares	20%	3.310	(2.993)	317	3.310	(2.617)	693
Equipamento de informática	20%	3.762	(2.929)	833	3.847	(2.442)	1.405
		21.240	(11.198)	10.042	20.760	(9.094)	11.666
Estoques							
Almoxarifado geral		-	-	-	6.275	-	6.275
Total do imobilizado em serviço		258.189	(84.406)	173.783	2.026.143	(218.664)	1.807.479
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		683.353	-	683.353	767.750	-	767.750
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	10.440	-	10.440
Terrenos		12.095	-	12.095	13.966	-	13.966
Edificações, obras civis e benfeitorias		265.872	-	265.872	274.866	-	274.866
Torres de medição		3.989	-	3.989	5.230	-	5.230
Aerogeradores		1.504.327	-	1.504.327	890.049	-	890.049
Equipamentos de subestação		427.792	-	427.792	387.674	-	387.674
Adiantamentos a fornecedores		523	-	523	826.973	-	826.973
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.004.266)	-	(1.004.266)	(261.723)	-	(261.723)
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.2)		(16.198)	-	(16.198)	-	-	-
Total do imobilizado em curso		1.878.549	-	1.878.549	2.915.225	-	2.915.225
Total imobilizado		2.136.738	(84.406)	2.052.332	4.941.368	(218.664)	4.722.704

## 13.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldo vinculados aos ativos vendidos	31/12/2017
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Custo							
Geração							
Usina							
Terrenos	595	-	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	91.876	-	-	-	-	(45.540)	46.336
Máquinas e equipamentos	1.468.581	-	-	8.481	-	(1.412.047)	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	-	-	245
Torres de medição	23.801	-	(722)	-	-	(387)	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	-	-	16
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos	2.503	-	-	-	-	(2.503)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.561	-	-	-	-	(7.561)	-
Máquinas e equipamentos	301.880	-	-	-	-	(301.880)	-
	1.999.108	-	(722)	8.481	-	(1.769.918)	236.949
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.352	603	-	-	-	-	2.955
Móveis e utensílios	5.895	-	(15)	-	-	(23)	5.857
Softwares	3.310	-	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.847	1	(86)	-	-	-	3.762
	20.760	604	(101)	-	-	(23)	21.240
Estoques							
Almoxarifado geral	6.275	104	-	80	-	(6.459)	-
	6.275	104	-	80	-	(6.459)	-
<b>Total do imobilizado em serviço - custo</b>	<b>2.026.143</b>	<b>708</b>	<b>(823)</b>	<b>8.561</b>	<b>-</b>	<b>(1.776.400)</b>	<b>258.189</b>
<b>(-) Depreciação</b>							
Geração							
Usina							
Reservatórios, barragens e adutoras	(18.880)	(2.288)	-	-	-	-	(21.168)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.485)	(1.262)	-	-	-	2.847	(11.900)
Máquinas e equipamentos	(138.541)	(1.969)	-	-	-	121.359	(19.151)
Móveis e utensílios	(106)	(4)	-	-	-	-	(110)
Equipamento de informática	(240)	(5)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(14.871)	(3.369)	654	-	-	261	(17.325)
Equipamentos de medição	(1.186)	(713)	-	-	-	-	(1.899)
Equipamentos de torres	(997)	(402)	-	-	-	-	(1.399)
Outros	(11)	-	-	-	-	-	(11)
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	(518)	-	-	-	-	518	-
Máquinas e equipamentos	(20.735)	-	-	-	-	20.735	-
	(209.570)	(10.012)	654	-	-	145.720	(73.208)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(1.469)	(552)	-	-	-	-	(2.021)
Benfeitorias	(431)	(111)	-	-	-	-	(542)
Móveis e utensílios	(2.135)	(589)	8	-	-	3	(2.713)
Softwares	(2.617)	(376)	-	-	-	-	(2.993)
Equipamento de informática	(2.442)	(557)	70	-	-	-	(2.929)
	(9.094)	(2.185)	78	-	-	3	(11.198)
<b>Total do imobilizado em serviço - depreciação</b>	<b>(218.664)</b>	<b>(12.197)</b>	<b>732</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>145.723</b>	<b>(84.406)</b>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>1.807.479</b>	<b>(11.489)</b>	<b>(91)</b>	<b>8.561</b>	<b>-</b>	<b>(1.630.677)</b>	<b>173.783</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Geração							
A ratear	767.750	23.464	(10.210)	-	(16.198)	(97.651)	667.155
Estudos e projetos	10.440	24	(9.402)	-	-	-	1.062
Terrenos	13.966	444	(2.315)	-	-	-	12.095
Edificações, obras civis e benfeitorias	274.866	2.671	-	(11.665)	-	-	265.872
Torres de medição	5.230	64	-	-	-	(1.305)	3.989
Aerogeradores	890.049	19.177	(8.433)	603.534	-	-	1.504.327
Equipamentos de subestação	387.674	15.222	-	24.896	-	-	427.792
Adiantamentos a fornecedores	826.973	-	(21.000)	(805.450)	-	-	523
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(261.723)	(786.543)	-	44.000	-	-	(1.004.266)
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>2.915.225</b>	<b>(725.477)</b>	<b>(51.360)</b>	<b>(144.685)</b>	<b>(16.198)</b>	<b>(98.956)</b>	<b>1.878.549</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>4.722.704</b>	<b>(736.966)</b>	<b>(51.451)</b>	<b>(136.124)</b>	<b>(16.198)</b>	<b>(1.729.633)</b>	<b>2.052.332</b>

(\*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

	31/12/2015	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas (*)	Cancelamento venda de ativos	31/12/2016
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	-	-	-	-	595	595
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	95.797	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	45.540	-	-	-	46.336	91.876
Máquinas e equipamentos	1.403.844	15	-	(293)	65.015	1.468.581
Móveis e utensílios	-	-	-	-	142	142
Equipamento de informática	-	-	-	-	245	245
Torres de medição	23.801	-	-	-	-	23.801
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.318	54	-	-	-	2.372
Outros	1	-	-	-	15	16
Sistema de transmissão e conexão						
Terrenos	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.561	-	-	-	-	7.561
Máquinas e equipamentos	301.880	-	-	-	-	301.880
	1.791.187	69	-	(293)	208.145	1.999.108
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.363	-	(7)	-	-	5.356
Benfeitorias	2.304	92	(44)	-	-	2.352
Móveis e utensílios	7.616	-	(1.721)	-	-	5.895
Softwares	3.315	-	(5)	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.809	57	(37)	-	18	3.847
	22.407	149	(1.814)	-	18	20.760
Estoques						
Almoxarifado geral	3.635	2.640	(21)	-	21	6.275
	3.635	2.640	(21)	-	21	6.275
Total do imobilizado em serviço - custo	1.817.229	2.858	(1.835)	(293)	208.184	2.026.143
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	2	(3.669)	-	-	(15.213)	(18.880)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.026)	(3.928)	-	-	(8.531)	(13.485)
Máquinas e equipamentos	(55.024)	(69.742)	-	-	(13.775)	(138.541)
Móveis e utensílios	-	(28)	-	-	(78)	(106)
Equipamento de informática	-	(18)	-	-	(222)	(240)
Torres de medição	(10.948)	(3.923)	-	-	-	(14.871)
Equipamentos de medição	(471)	(715)	-	-	-	(1.186)
Equipamentos de torres	(438)	(559)	-	-	-	(997)
Outros	(2)	(1)	-	-	(8)	(11)
Sistema de transmissão e conexão						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(255)	(263)	-	-	-	(518)
Máquinas e equipamentos	(10.122)	(10.613)	-	-	-	(20.735)
	(78.284)	(93.459)	-	-	(37.827)	(209.570)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(939)	(536)	6	-	-	(1.469)
Benfeitorias	(338)	(95)	2	-	-	(431)
Móveis e utensílios	(1.952)	(709)	526	-	-	(2.135)
Softwares	(2.102)	(518)	3	-	-	(2.617)
Equipamento de informática	(1.772)	(665)	13	-	(18)	(2.442)
	(7.103)	(2.523)	550	-	(18)	(9.094)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(85.387)	(95.982)	550	-	(37.845)	(218.664)
Total do imobilizado em serviço	1.731.842	(93.124)	(1.285)	(293)	170.339	1.807.479
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	517.602	247.806	-	2.342	-	767.750
Estudos e projetos	14.708	52	(4.320)	-	-	10.440
Terrenos	13.888	273	(192)	(3)	-	13.966
Edificações, obras civis e benfeitorias	226.317	12.086	-	36.463	-	274.866
Torres de medição	11.635	21	-	(6.426)	-	5.230
Aerogeradores	518.281	155.921	-	215.847	-	890.049
Equipamentos de subestação	317.091	57.677	-	12.906	-	387.674
Adiantamentos a fornecedores	936.741	151.361	-	(261.129)	-	826.973
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	(261.723)	-	-	-	(261.723)
Total do imobilizado em curso	2.556.263	363.474	(4.512)	-	-	2.915.225
Total do imobilizado	4.288.105	270.350	(5.797)	(293)	170.339	4.722.704

(\*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

### 13.3 Controladora

		31/12/2017			31/12/2016		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(17.325)	5.367	23.801	(14.871)	8.930
Equipamentos de medição	20%	3.739	(1.899)	1.840	3.739	(1.186)	2.553
Equipamentos de torres	20%	2.372	(1.399)	973	2.372	(997)	1.375
		28.803	(20.623)	8.180	29.912	(17.054)	12.858
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(2.021)	3.335	5.356	(1.469)	3.887
Benfeitorias	10%	2.955	(542)	2.413	2.352	(431)	1.921
Móveis e utensílios	10%	5.857	(2.713)	3.144	5.872	(2.132)	3.740
Softwares	20%	3.310	(2.993)	317	3.310	(2.617)	693
Equipamento de informática	20%	3.744	(2.909)	835	3.830	(2.424)	1.406
		21.222	(11.178)	10.044	20.720	(9.073)	11.647
Total do imobilizado em serviço		50.025	(31.801)	18.224	50.632	(26.127)	24.505
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		103.429	-	103.429	227.992	-	227.992
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	10.440	-	10.440
Terrenos		50	-	50	2.365	-	2.365
Adiantamentos a fornecedores		367	-	367	18.065	-	18.065
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.722)	-	(1.722)	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.2)		(16.198)	-	(16.198)	-	-	-
Total do imobilizado em curso		86.988	-	86.988	258.862	-	258.862
Total imobilizado		137.013	(31.801)	105.212	309.494	(26.127)	283.367



### 13.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2016	Adições	Baixas	Integralização de capital SPEs Eólicas	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2017
<b>Imobilizado em serviço</b>						
<b>Geração</b>						
Torres de medição	23.801	-	(722)	(387)	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	<u>29.912</u>	<u>-</u>	<u>(722)</u>	<u>(387)</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
<b>Administração</b>						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.352	603	-	-	-	2.955
Móveis e utensílios	5.872	-	(15)	-	-	5.857
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.830	-	(86)	-	-	3.744
	<u>20.720</u>	<u>603</u>	<u>(101)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.222</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - custo</b>	<u>50.632</u>	<u>603</u>	<u>(823)</u>	<u>(387)</u>	<u>-</u>	<u>50.025</u>
<b>(-) Depreciação</b>						
<b>Geração</b>						
Torres de medição	(14.871)	(3.369)	654	261	-	(17.325)
Equipamentos de medição	(1.186)	(713)	-	-	-	(1.899)
Equipamentos de torres	(997)	(402)	-	-	-	(1.399)
	<u>(17.054)</u>	<u>(4.484)</u>	<u>654</u>	<u>261</u>	<u>-</u>	<u>(20.623)</u>
<b>Administração</b>						
Máquinas e equipamentos	(1.469)	(552)	-	-	-	(2.021)
Benfeitorias	(431)	(111)	-	-	-	(542)
Móveis e utensílios	(2.132)	(589)	8	-	-	(2.713)
Softwares	(2.617)	(376)	-	-	-	(2.993)
Equipamento de informática	(2.424)	(555)	70	-	-	(2.909)
	<u>(9.073)</u>	<u>(2.183)</u>	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.178)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - depreciação</b>	<u>(26.127)</u>	<u>(6.667)</u>	<u>732</u>	<u>261</u>	<u>-</u>	<u>(31.801)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<u>24.505</u>	<u>(6.064)</u>	<u>(91)</u>	<u>(126)</u>	<u>-</u>	<u>18.224</u>
<b>Imobilizado em curso</b>						
<b>Geração</b>						
A ratear	227.992	9.991	(8.152)	(126.402)	(16.198)	87.231
Estudos e projetos	10.440	24	(9.402)	-	-	1.062
Terrenos	2.365	-	(2.315)	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	18.065	1.708	-	(19.406)	-	367
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	(1.722)	-	-	-	(1.722)
<b>Total do custo do imobilizado em curso</b>	<u>258.862</u>	<u>10.001</u>	<u>(19.869)</u>	<u>(145.808)</u>	<u>(16.198)</u>	<u>86.988</u>
<b>Total do imobilizado</b>	<u>283.367</u>	<u>3.937</u>	<u>(19.960)</u>	<u>(145.934)</u>	<u>(16.198)</u>	<u>105.212</u>

	31/12/2015	Adições	Baixas	Integralização de capital SPEs Eólicas	31/12/2016
<b>Imobilizado em serviço</b>					
<b>Geração</b>					
Torres de medição	23.801	-	-	-	23.801
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.318	54	-	-	2.372
	<u>29.858</u>	<u>54</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.912</u>
<b>Administração</b>					
Máquinas e equipamentos	5.363	-	(7)	-	5.356
Benfeitorias	2.304	92	(44)	-	2.352
Móveis e utensílios	7.593	-	(1.721)	-	5.872
Softwares	3.315	-	(5)	-	3.310
Equipamento de informática	3.810	57	(37)	-	3.830
	<u>22.385</u>	<u>149</u>	<u>(1.814)</u>	<u>-</u>	<u>20.720</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - custo</b>	<u>52.243</u>	<u>203</u>	<u>(1.814)</u>	<u>-</u>	<u>50.632</u>
<b>(-) Depreciação</b>					
<b>Geração</b>					
Torres de medição	(10.948)	(3.923)	-	-	(14.871)
Equipamentos de medição	(471)	(715)	-	-	(1.186)
Equipamentos de torres	(438)	(559)	-	-	(997)
	<u>(11.857)</u>	<u>(5.197)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.054)</u>
<b>Administração</b>					
Máquinas e equipamentos	(939)	(536)	6	-	(1.469)
Benfeitorias	(338)	(95)	2	-	(431)
Móveis e utensílios	(1.951)	(707)	526	-	(2.132)
Softwares	(2.102)	(518)	3	-	(2.617)
Equipamento de informática	(1.772)	(665)	13	-	(2.424)
	<u>(7.102)</u>	<u>(2.521)</u>	<u>550</u>	<u>-</u>	<u>(9.073)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - depreciação</b>	<u>(18.959)</u>	<u>(7.718)</u>	<u>550</u>	<u>-</u>	<u>(26.127)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<u>33.284</u>	<u>(7.515)</u>	<u>(1.264)</u>	<u>-</u>	<u>24.505</u>
<b>Imobilizado em curso</b>					
<b>Geração</b>					
A ratear	197.317	78.433	-	(47.758)	227.992
Estudos e projetos	14.708	52	(4.320)	-	10.440
Terrenos	2.361	196	(192)	-	2.365
Adiantamentos a fornecedores	332.158	148.615	-	(462.708)	18.065
<b>Total do custo do imobilizado em curso</b>	<u>546.544</u>	<u>227.296</u>	<u>(4.512)</u>	<u>(510.466)</u>	<u>258.862</u>
<b>Total do imobilizado</b>	<u>579.828</u>	<u>219.781</u>	<u>(5.776)</u>	<u>(510.466)</u>	<u>283.367</u>

### 13.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

### 13.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em projetos do Alto Sertão III – Fase A e Fase B e outros que estão em construção por meio das empresas controladas da Companhia. Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia utilizou grande parte do saldo de adiantamento (R\$761.450), para compensar o passivo com fornecedores. Com o cancelamento do PPA, relacionado ao Projeto Graúna, o crédito de adiantamento, no valor de R\$131.901, realizado em favor do fornecedor GE no âmbito desse projeto, foi cedido às empresas do Complexo Eólico Alto Sertão III para quitação de dívida com esse fornecedor, e o valor de R\$21.000, em 2017 (R\$44.000, 2016) referente a adiantamento realizado em favor do fornecedor Andrade Gutierrez foi reconhecido no resultado do exercício, na linha de Outras despesas (receitas).

A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com projetos, com a implantação das usinas e juros capitalizados os quais serão alocados às respectivas subsidiárias através de aporte. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve juros capitalizados (R\$105.345, em 31 de dezembro de 2016).

### 13.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de dezembro de 2017 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos em construção:

Projetos	Consolidado
Alto Sertão III - Fase A	
ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	835.379
LER 2013 <sup>(1)</sup>	535.761
ACL (Mercado livre III) <sup>(1)</sup>	138.359
São Salvador <sup>(1)</sup>	75.583
	<u>1.585.082</u>
Alto Sertão III - Fase B	
ACL (Light II) <sup>(1)</sup>	73.613
ACL (Mercado livre II) <sup>(1)</sup>	40.280
	<u>113.893</u>
Outros	
ACL (Mercado livre I) <sup>(1)</sup>	92.138
LER 2014	447
Outras imobilizações em curso <sup>(2)</sup>	86.989
	<u>179.574</u>
Total do imobilizado em curso	<u>1.878.549</u>

Nota 1: Conforme nota 30.2, os Projetos ACL (Light I), LER 2013, ACL (Mercado livre III), São Salvador, ACL (Light II), ACL (Mercado livre I) e determinados projetos eólicos em desenvolvimento que representam R\$33.353 da linha de Outras imobilizações em curso estão no escopo da proposta vinculante da Brookfield.

Nota 2: inclui portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão.

### 13.8 Baixa de projetos

A Companhia adota como prática a revisão de seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia optou por descontinuar os seguintes projetos: LER 2014 – Solar (R\$2.058), Novas Tecnologias (R\$7.889), Inventário Rio Balsas (R\$10.699), Inventário Fetal (R\$701), Inventário Sucuriu (R\$317) e outros (R\$263), totalizando R\$21.927 em 31 de dezembro de 2017 (R\$4.320, em 31 de dezembro de 2016).

### 13.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado e reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$786.543 (R\$261.723, em 31 de dezembro de 2016) nos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III (R\$604.927), no Projeto Graúna (R\$181.079) e Projeto Croaranga (R\$537), a qual foi registrada no resultado do exercício.

A perda relacionada ao Complexo Eólico Alto Sertão III foi calculada substancialmente com base nas premissas financeiras e comerciais presentes na transação de venda que está sendo negociada com a Brookfield (nota 30.2).

Para os projetos em desenvolvimento o cálculo é feito com base nos múltiplos de MW que se tem como referência, levando em conta o nível de vento e o fator de capacidade estimado por projeto. Para projetos que apresentam baixo tempo de medição considera-se um desconto por custo de capital entre a data-base e a data estimada para conclusão do projeto para a venda deduzidos os custos restantes de cada projeto. Por fim, aplica-se um desconto de liquidez de 20% (referência de 20% a 35%), levando em conta a baixa liquidez para a alienação e conversão em caixa de todos estes projetos. Por essa metodologia a Companhia reconheceu uma perda de R\$138.245 referente aos projetos Graúna e Croaranga.

A Companhia reavaliou o Projeto Graúna e em função do cancelamento do PPA e de não haver expectativa para realização do investimento, decidiu constituir uma provisão complementar de *impairment*, no valor de R\$43.371, baixando assim o saldo restante desse ativo.

Para os demais ativos, PCHs da Espra e Ágio na aquisição da Brasil PCH, a Companhia utiliza como premissa o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real, calculada pela metodologia wacc, para trazer a valor presente os fluxos de caixa dos projetos foi de 7 % e 7,9% ao ano, respectivamente.

### 13.10 Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada indireta Espra possui bens dados em garantia ao seu financiamento com o BNB no montante de R\$156.943 (nota 15.3).

## 14. Fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores		327.597	574.614	82.305	87.984
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28	(43.000)	-	(43.000)	-
		<u>284.597</u>	<u>574.614</u>	<u>39.305</u>	<u>87.984</u>
Apresentados como:					
Circulante		259.377	546.911	39.305	87.984
Não circulante		25.220	27.703	-	-
Total		<u>284.597</u>	<u>574.614</u>	<u>39.305</u>	<u>87.984</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo consolidado de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes aos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais para a construção dos parques do LER 2013, mercado livre e outros referentes a aerogeradores, subestações e construção civil. Inclui também valores referentes a aquisição de projetos e negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante, conforme cronograma definido em contrato bem como os encargos financeiros quando aplicável. E ainda valores a pagar a partes relacionadas no montante de R\$1.319 (vide nota 25).

A Companhia negociou a quitação da dívida total, no valor de R\$43.000, com a Casa dos Ventos mediante a entrega de determinados projetos em desenvolvimento. Assim, para 31 de dezembro de 2017, esses saldos ativos e passivos são apresentados como ativos classificados como mantidos para venda e passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda. Também está sendo negociada a quitação parcial da dívida com o fornecedor Seta, no valor de R\$10.000, mediante a entrega de determinado projeto em desenvolvimento.

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

### 15.1 Consolidado

			Consolidado									
			31/12/2017					31/12/2016				
Moeda Nacional	Custo da Dívida		Circulante		Não circulante		Total geral	Circulante		Não circulante		Total geral
			Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Principal	Total
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra <sup>(b)</sup>	9,5% a.a. (8,08% a.a.)*		-	7.101	7.101	70.687	70.687	-	6.470	6.470	77.994	84.464
Finep - CEOL Itaparica <sup>(c)</sup>	3,5% a.a.		19	2.048	2.067	10.104	10.104	22	1.998	2.020	12.152	14.172
BNDES - Renova Eólica <sup>(a)</sup>	TJLP + 2,88% a.a.		-	-	-	-	-	2.552	705.984	708.536	-	708.536
BNDES - Renova Eólica <sup>(a)</sup>	TJLP + 2,60% a.a.		-	-	-	-	-	1.170	260.809	261.979	-	261.979
BNDES - Renova Eólica (Subcrédito "P") <sup>(a)</sup>	TJLP		-	-	-	-	-	13	4.928	4.941	-	4.941
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A") <sup>(d)</sup>	TJLP + 9% a.a.		1.242	199.341	200.583	-	-	2.298	171.325	173.623	-	173.623
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "B") <sup>(d)</sup>	TJLP + 2,5% a.a.		1.666	458.812	460.478	-	-	4.256	415.140	419.396	-	419.396
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") <sup>(d)</sup>	TJ6 + 8,24% a.a.		60.762	163.963	224.725	-	-	21.710	185.850	207.560	-	207.560
Banco Daycoval <sup>(g)</sup>	1,60% a.m.		-	6.685	6.685	-	-	908	3.608	4.516	3.192	7.708
Citibank <sup>(g)</sup>	100% CDI + 4,5%		30.045	120.500	150.545	-	-	1.837	120.500	122.337	-	122.337
BTG Pactual <sup>(g)</sup>	100% CDI + 7,4%		8.314	134.942	143.256	-	-	14.688	110.967	125.655	-	125.655
Banco Modal <sup>(g)</sup>	100% CDI + 6%		2.262	15.000	17.262	-	-	9	14.569	14.578	-	14.578
Subtotal dos empréstimos e financiamentos			104.310	1.108.392	1.212.702	80.791	80.791	49.463	2.002.148	2.051.611	93.338	2.144.949
Custo de captação da operação			-	-	-	(155)	(155)	-	(6.240)	(6.240)	-	(6.240)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			104.310	1.108.392	1.212.702	80.636	80.636	49.463	1.995.908	2.045.371	93.338	2.138.709
*15% de bônus de adimplência												
Debêntures - 3ª emissão - Renova Energia S.A. <sup>(c)</sup>	143% CDI		-	-	-	-	-	4.216	500.000	504.216	-	504.216
Debêntures - 1ª emissão - Renova Eólica Participações S.A. <sup>(f)</sup>	IPCA + 7,60% a.a.		-	-	-	-	-	618	173.839	174.457	-	174.457
Subtotal de debêntures			-	-	-	-	-	4.834	673.839	678.673	-	678.673
Custo de captação da operação			-	-	-	-	-	-	(8.500)	(8.500)	-	(8.500)
TOTAL DE DEBÊNTURES			-	-	-	-	-	4.834	665.339	670.173	-	670.173

## 15.2 Controladora

		Controladora						
		31/12/2017			31/12/2016			
		Circulante			Circulante			Não circulante
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Principal
Custo da Dívida								
Banco Daycoval <sup>(g)</sup>	1,60% a.m.	-	6.685	6.685	908	3.608	4.516	3.192
Banco Citibank <sup>(g)</sup>	100% CDI + 4,5%	30.045	120.500	150.545	1.837	120.500	122.337	-
BTG Pactual <sup>(g)</sup>	100% CDI + 7,4%	8.314	134.942	143.256	14.688	110.967	125.655	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		38.359	262.127	300.486	17.433	235.075	252.508	3.192
Debêntures - 3ª emissão - Renova Energia S.A. <sup>(c)</sup>		-	-	-	4.216	500.000	504.216	-
Custo de captação da operação		-	-	-	-	(7.639)	(7.639)	-
TOTAL DE DEBÊNTURES		-	-	-	4.216	492.361	496.577	-



## 15.3 Garantias

O saldo devedor do financiamento, em 31 de dezembro de 2017, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 15.6.b)
Recebíveis	439.351
Penhor de ações	119.068
Hipoteca/alienação de bens	156.943
Caução em dinheiro	11.361
<b>Total</b>	<b>726.723</b>

## 15.4 Movimentação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.307.918	64.338	2.372.256	576.280	48.204	624.484
Empréstimos e financiamentos obtidos	650.797	-	650.797	485.834	-	485.834
Encargos financeiros provisionados	-	264.722	264.722	-	136.821	136.821
Encargos financeiros pagos	-	(288.294)	(288.294)	-	(162.726)	(162.726)
Encargos financeiros capitalizados	-	105.345	105.345	-	-	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(388.484)	-	(388.484)	(333.164)	-	(333.164)
Atualização e incorporação de juros ao principal	91.814	(91.814)	-	650	(650)	-
Apropriação dos custos de captação	1.779	-	1.779	1.028	-	1.028
Cancelamento venda de ativos	90.761	-	90.761	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.754.585	54.297	2.808.882	730.628	21.649	752.277
Encargos financeiros provisionados	-	268.151	268.151	-	98.692	98.692
Encargos financeiros pagos	-	(114.730)	(114.730)	-	(52.551)	(52.551)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(553.060)	-	(553.060)	(505.571)	-	(505.571)
Atualização e incorporação de juros ao principal	76.286	(76.286)	-	18.015	(18.015)	-
Apropriação dos custos de captação	8.051	-	8.051	7.639	-	7.639
Saldos vinculados aos ativos alienados	(1.106.334)	(17.622)	(1.123.956)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.179.528	113.810	1.293.338	250.711	49.775	300.486

## 15.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	<u>31/12/2017</u> <u>Consolidado</u>
2019	9.416
2020	9.884
2021	10.378
2022	10.902
2023	11.456
2024 a 2028	<u>28.755</u>
Total	<u>80.791</u>

(\*) Valor não inclui o custo de captação dos empréstimos e financiamentos.

## 15.6 Resumo dos contratos

### a. Contratos BNDES (Longo prazo)

A controlada Renova Eólica, com a interveniência de suas controladas, da sua controladora direta Nova Energia e da Companhia, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080), para construção dos parques do Complexo Alto Sertão II.

Com o fechamento da operação de venda mencionada na nota 1.2.2, a dívida relativa aos parques do Complexo Alto Sertão II, que em 31 de julho de 2017 (“data base da operação”), correspondia a R\$939.338, foi integralmente transferida para a AES Tietê.

### b. Contrato BNB

A controlada Espira, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espira, no valor de R\$439.351 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.361, em 31 de dezembro de 2017 (nota 10). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

### c. Debêntures simples não conversíveis em ações

Em 15 de dezembro de 2014, foi emitida debênture corporativa (3ª emissão) no valor de R\$500.000. Os recursos dessa debênture foram utilizados para pagar antecipadamente a debênture já existente (2ª emissão) no valor de R\$370.754, gerando um caixa adicional na Companhia no valor de R\$129.246. Em 3 de agosto de 2017, a Companhia quitou o saldo remanescente.

d. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques de LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963. Conforme aditivos do contrato, os empréstimos pontes deverão ser quitados em 15 de julho de 2018 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES (vide nota 30.1).

São garantias do financiamento a totalidade das ações da Diamantina e das SPEs que a Diamantina detém ações. Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

e. FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Até 31 de dezembro de 2017, o montante liberado foi de R\$14.149.

São garantias deste financiamento: cartas de fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras e alienação fiduciária dos bens móveis (equipamentos) adquiridos no curso do financiamento.

O contrato de financiamento não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

f. Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica, no valor total de R\$146.000.

Com o fechamento da operação mencionada na nota 1.2.2, a dívida relativa aos parques do Complexo Alto Sertão II, que em 31 de julho de 2017 (“data base da operação”) correspondia a R\$172.788, foi transferida integralmente para a AES Tietê.

g. Outros empréstimos – capital de giro

Em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R\$15.000, junto ao Banco Modal S.A. com vencimento em 15 de agosto de 2018, acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a.. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Em 13 de novembro de 2015, a Companhia assinou Instrumento Particular de Confissão de Dívida com o Banco Daycoval S.A., no valor principal de R\$14.999. Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia assinou um aditivo ao Acordo Judicial para pagamento do saldo da dívida em 9 (nove) parcelas mensais e consecutivas, acrescidas de juros remuneratórios de 1,6% a.m., com vencimento da primeira parcela em 16 de abril de 2018. A operação tem como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (Light II) e seus 3 aditivos celebrados com a LIGHTCOM Comercializadora de Energia.

Em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo Citibank. A Companhia está negociando com o Citibank a prorrogação do prazo de vencimento e condições de pagamento. Essa operação tem a Renova Comercializadora e Chipley como avalistas.

Em 29 de junho de 2017 e 23 de agosto de 2017, respectivamente, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Ambos remunerados a 100% do CDI acrescida de *spread* de 7,4% a.a., com vencimento em 20 de dezembro de 2018. Os instrumentos têm como garantia de alienação fiduciária, sob condição suspensiva, de 35,28% do total das ações de emissão da Chipley e cessão fiduciária, sob condição suspensiva, de 50,40% de todos e quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros proventos atribuíveis a Chipley em decorrência de sua participação na Brasil PCH.

## 16. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ a pagar	4.467	4.586	-	1.165
CSLL a pagar	1.748	2.442	-	561
COFINS a recolher	3.844	1.974	32	31
PIS a recolher	832	424	5	5
Tributos sobre folha de pagamento	2.109	7.383	2.109	6.555
Tributos retidos de terceiros	3.511	3.316	680	860
Parcelamento de tributos	1.541	-	1.541	-
Outros impostos a recolher	415	573	1	105
<b>TOTAL</b>	<b>18.467</b>	<b>20.698</b>	<b>4.368</b>	<b>9.282</b>

O saldo referente a IRPJ e CSLL a pagar da Controladora foram incluídos no parcelamento de débitos tributários instituído pela Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017.

## 17. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Ativo	Passivo	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Eletrobras	-	27.383	25.293
CCEE	-	18.839	25.856
<b>Total do circulante</b>	<b>-</b>	<b>46.222</b>	<b>51.149</b>
Não circulante			
CCEE	2.500	522	11.422
Distribuidoras	-	-	34.969
<b>Total do não circulante</b>	<b>2.500</b>	<b>522</b>	<b>46.391</b>
<b>Total</b>	<b>2.500</b>	<b>46.744</b>	<b>97.540</b>

## Eletrobrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controladora indireta Espira e Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espira aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 11,27 R\$/MWh (data-base de janeiro de 2017 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor. O registro de tais efeitos foi a constituição de uma despesa antecipada em contrapartida da receita líquida de vendas e custos das vendas de energia. Os efeitos líquidos da repactuação no resultado do exercício de 2016 foi de R\$4.519.

## CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega)

Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorado a 106%. (ressarcimento quadrienal - ressarcimento de 100% do volume + 6% de multa pela não entrega)

## 17.1 Movimentação

A movimentação dos exercícios de 2017 de 2016 está apresentada a seguir:

	Movimentação do ativo - 2017			
			Saldos vinculados	
	31/12/2016	Adição	aos ativos vendidos	31/12/2017
CCEE	2.500	2.207	(4.707)	-
Total do ativo	2.500	2.207	(4.707)	-

#### Movimentação do passivo 2017

	31/12/2016	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Saldos vinculados aos ativos vendidos	31/12/2017
Eletrobras	25.293	5.266	-	(3.176)	-	27.383
CCEE	37.278	3.628	17.895	(18.378)	(21.062)	19.361
Distribuidoras	34.969	1.955	-	(1.321)	(35.603)	-
Total do passivo	97.540	10.849	17.895	(22.875)	(56.665)	46.744
Total líquido	(95.040)	(8.642)	(17.895)	22.875	51.958	(46.744)

#### Movimentação do ativo - 2016

	31/12/2015	Reversão	Atualização	31/12/2016
CCEE	4.245	(1.982)	237	2.500
Total do ativo	4.245	(1.982)	237	2.500

#### Movimentação do passivo 2016

	31/12/2015	Cancelamento venda de ativos	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Atualização	Amortização	31/12/2016
Eletrobras	-	20.668	5.301	-	2.138	(2.814)	25.293
CCEE	7.079	-	19.703	14.026	1.259	(4.789)	37.278
Distribuidoras	-	-	34.969	-	-	-	34.969
Total do passivo	7.079	20.668	59.973	14.026	3.397	(7.603)	97.540
Total líquido	(2.834)	(20.668)	(61.955)	(14.026)	(3.160)	7.603	(95.040)

## 18. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras contas a pagar	77.057	1.687	3	1.281

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado de outras contas a pagar inclui, principalmente, valores referentes a indenização a ser paga a Light, no valor de R\$71.100, no âmbito do aditivo assinado em 21 de dezembro de 2017, para fazer constar novas condições comerciais ao contrato (vide nota 25.3.a) e ao reconhecimento da penalidade aplicada pela ANEEL, no valor de R\$5.900 referente ao cancelamento da outorga de determinados parques.

## 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da provisão da controladora e consolidado para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$26.979 (31 de dezembro de 2016, R\$1.460), sendo R\$22.595 cíveis, R\$4.258 trabalhistas e R\$126, administrativas. Abaixo apresentamos a movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro:

	Cíveis	Trabalhistas	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	552	158	710
Adição	-	1.255	8	1.263
Reversão	-	(544)	-	(544)
Atualização	-	11	20	31
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	1.274	186	1.460
Adição	21.727	2.961	-	24.688
Pagamento	-	(137)	-	(137)
Reversão	-	-	(60)	(60)
Atualização	868	160	-	1.028
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22.595	4.258	126	26.979

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$281.343 (2016, R\$160.212), sendo R\$271.638 (2016, R\$38.189) cíveis, R\$1.701 (2016, R\$113.253) administrativas e R\$8.004 trabalhistas (R\$8.770), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia mantém depósitos judiciais para fazer face as discussões judiciais em andamento. Do total depositado, R\$19.853, refere-se ao processo 1096180-96.2016.8.26.0100 da Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda., com o objetivo de garantir a execução do processo em referência. Em contrapartida a Companhia reconheceu uma provisão no passivo de mesmo valor. O depósito está sendo contestado pela Companhia.

## 19.1 Processo arbitral

A Companhia ingressou com processo de arbitral contra a Terraform visando, dentre outras demandas, indenização pelas perdas na Operação com a SunEdison e Terraform.

Em 15 de maio de 2017, foi celebrado acordo entre a Companhia e a TerraForm Global no qual as partes concordam em encerrar a arbitragem mediante compensações à Companhia de R\$48.559 (US\$15,0 milhões), dos quais R\$25.518 foram reconhecidos no resultado (vide nota 22) e a diferença foi liquidada contra a garantia existente com a TerraForm. Essa operação foi concluída em 30 de junho de 2017.

## 19.2 Risco relacionado a conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Companhia respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Companhia e aportes efetuados pela Companhia em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Companhia solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente. Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna.



A Companhia esclarece que os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

### a) Capital autorizado

Conforme previsto no artigo 8º do seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

### b) Capital social

Em 19 de junho de 2017, foi homologado o aumento de capital da Companhia aprovado em 23 de dezembro de 2016, conforme ata de reunião do Conselho de Administração, no valor total de R\$112.764 (sendo R\$50.000, integralizados em 2016 e R\$62.764, em 2017) mediante a emissão de 56.381.931 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 50.888.993 ações ordinárias e 5.492.938 ações preferenciais, já subscritas e integralizadas, ao preço de emissão de R\$2,00 (dois reais) por ação ordinária e preferencial e de R\$6,00 (seis reais) por *unit*.

A seguir apresentamos um resumo dos aportes realizados:

		Acionistas				
		CEMIG GT	Light	RR Participações	Outros	Total
1º Trimestre de 2016	Homologado em 2016	200.000	-	-	-	200.000
2º Trimestre de 2016	Homologado em 2016	40.000	40.000	-	2	80.002
4º Trimestre de 2016	Homologado em 2017	37.863	12.137	-	-	50.000
	Total	277.863	52.137	-	2	330.002
1º Trimestre de 2017	Homologado em 2017	18.000	-	-	-	18.000
2º Trimestre de 2017	Homologado em 2017	-	18.000	10.000	16.764	44.764
	Total	18.000	18.000	10.000	16.764	62.764
		295.863	70.137	10.000	16.766	392.766

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia subscrito e integralizado era de R\$2.960.776 (R\$2.898.012, em 31 de dezembro de 2016), distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	280.251.670	84,97%	-	0,00%	280.251.670	67,17%
RR Comerc de Energia e Participações	57.461.797	17,42%	-	0,00%	57.461.797	13,77%
Light Energia	71.636.173	21,72%	-	0,00%	71.636.173	17,17%
Cemig GT	151.153.700	45,83%	-	0,00%	151.153.700	36,23%
Outros Acionistas	49.553.573	15,03%	87.392.001	100,00%	136.945.574	32,83%
RR Comerc de Energia e Participações*	6.302.757	1,91%	1.213.600	1,39%	7.516.357	1,80%
BNDESPAR	6.966.829	2,11%	13.933.658	15,94%	20.900.487	5,01%
InfraBrasil	11.651.467	3,53%	23.302.933	26,66%	34.954.400	8,38%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	1,66%	10.940.586	12,52%	16.410.879	3,93%
Outros	19.162.227	5,81%	38.001.224	43,48%	57.163.451	13,70%
Total	329.805.243	100,00%	87.392.001	100,00%	417.197.244	100,00%

### c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital, conforme apresentado a seguir:

Evento	Data	Custo na emissão de ações Controladora e Consolidado
Abertura de capital (IPO - Oferta Pública Inicial)	julho/2010	13.686
Novo investidor: Light Energia	setembro/2011	20.555
Novo investidor: BNDESPAR	setembro/2012	1.871
Novo investidor: CEMIG GT	setembro/2014	5.645
Total		41.757

### d) Reservas

#### Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito dos custos do Plano de Pagamento Baseado em Ações relativo a determinados projetos, bem como os prêmios pagos referentes ao sucesso no IPO e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem tanto provisões de ações já outorgadas quanto o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo. O detalhamento dos registros contábeis está na nota 25.5.

#### Reservas de lucros

As reservas legal (R\$2.321), de lucros retidos (R\$33.072) e reserva especial de dividendos não distribuídos (R\$11.024) constituídas em anos anteriores foram utilizadas para compensar parte do prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2016.

### e) Dividendos

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva Legal e (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. As ações preferenciais participarão nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

## 21. Receita líquida

	Consolidado				Controladora
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	MWh*	MWh*			
Geração					
Suprimento de energia elétrica - PCHs	118.531	107.544	40.096	36.612	-
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	638.679	1.193.769	89.870	146.850	-
Subtotal			129.966	183.462	-
Outras receitas					
Operações - comercialização de energia elétrica			677.601	340.893	-
Solar			-	98	98
Outras receitas**			-	2.729	2.729
			807.567	527.182	2.827
Deduções s/ receitas:					
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)			(73.469)	(43.909)	(279)
(-) Outras deduções			-	(136)	(137)
			(73.469)	(44.045)	(416)
Total			734.098	483.137	2.411

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Receita oriunda do contrato de prestação de serviços de gestão de ativos com a TerraForm, encerrado em 18 de setembro de 2016.

## 22. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd/Tust <sup>(1)</sup>	10.592	12.215	22.807	16.822	3.252	20.074
Taxa de fiscalização	899	77	976	1.340	53	1.393
	<u>11.491</u>	<u>12.292</u>	<u>23.783</u>	<u>18.162</u>	<u>3.305</u>	<u>21.467</u>
Pessoal e administradores	-	29.634	29.634	-	38.102	38.102
Serviços de terceiros	24.649	32.049	56.698	31.828	33.777	65.605
Aluguéis e arrendamentos	2.780	2.016	4.796	3.777	2.537	6.314
Viagens	-	1.733	1.733	-	2.995	2.995
Depreciação	10.012	2.185	12.197	93.459	2.523	95.982
Projetos descontinuados (nota 13.8)	-	21.927	21.927	-	4.320	4.320
Seguros	1.385	107	1.492	2.466	39	2.505
Telefonia e TI	-	3.685	3.685	-	4.730	4.730
Material de uso e consumo	1.321	570	1.891	3.984	1.069	5.053
Multa sobre ressarcimento (nota 17.1)	564	17.331	17.895	1.717	12.309	14.026
Compra de energia <sup>(2)</sup>	622.811	-	622.811	295.589	-	295.589
Recebimento TerraForm <sup>(3)</sup>	-	(25.518)	(25.518)	-	(35.790)	(35.790)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 13.9)	-	786.543	786.543	-	261.723	261.723
Prêmio Mecanismo de desconstrução <sup>(4)</sup>	-	7.879	7.879	-	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias <sup>(5)</sup>	-	10.150	10.150	-	-	-
Indenizações contratuais <sup>(6)</sup>	-	71.100	71.100	-	-	-
Perdão de dívida com fornecedor <sup>(7)</sup>	-	(61.119)	(61.119)	-	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas	-	24.667	24.667	-	-	-
Repactuação do risco hidrológico	1.376	-	1.376	2.466	-	2.466
Impostos e taxas	-	7.318	7.318	-	3.919	3.919
Outras despesas (receitas)	279	(2.822)	(2.543)	165	6.403	6.568
	<u>665.177</u>	<u>929.435</u>	<u>1.594.612</u>	<u>435.451</u>	<u>338.656</u>	<u>774.107</u>
Total	<u>676.668</u>	<u>941.727</u>	<u>1.618.395</u>	<u>453.613</u>	<u>341.961</u>	<u>795.574</u>

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Pessoal e administradores	-	15.481	15.481	-	32.687	32.687
Serviços de terceiros	-	31.000	31.000	-	24.238	24.238
Aluguéis e arrendamentos	-	1.218	1.218	-	2.446	2.446
Viagens	-	900	900	-	1.846	1.846
Depreciação	4.484	2.183	6.667	5.197	2.521	7.718
Projetos descontinuados (nota 13.8)	-	19.869	19.869	-	4.320	4.320
Seguros	-	102	102	-	36	36
Telefonia e TI	-	2.186	2.186	-	2.903	2.903
Material de uso e consumo	-	352	352	-	683	683
Recebimento TerraForm <sup>(3)</sup>	-	(25.518)	(25.518)	-	(35.790)	(35.790)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 13.9)	-	1.722	1.722	-	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas	-	24.667	24.667	-	-	-
Prêmio Mecanismo de desconstrução <sup>(4)</sup>	-	7.879	7.879	-	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias <sup>(5)</sup>	-	3.876	3.876	-	-	-
Impostos e taxas	-	1.494	1.494	-	1.797	1.797
Outras (despesas) receitas	-	(13.061)	(13.061)	66	6.052	6.118
Total	<u>4.484</u>	<u>74.350</u>	<u>78.834</u>	<u>5.263</u>	<u>43.739</u>	<u>49.002</u>

- (1) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão.
- (2) Refere-se a: a) aquisição de energia para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial; e b) aquisição de energia pelos parques do LEN 2011 (A-3) e LEN 2012 (A-5) através de exposição na CCEE.
- (3) Refere-se ao recebimento da TerraForm pelo: cancelamento da venda da ESPRA (2016) e compensação pelo encerramento da arbitragem (2017) vide nota 19.1.
- (4) Refere-se ao prêmio a ser pago pela desconstrução do Ler 2014 (nota 1.3).
- (5) Refere-se as penalidades aplicadas pela ANEEL em decorrência (i) da revogação da outorga de Umburanas, no valor de R\$3.876, (ii) do cancelamento da outorga de determinados parques, no valor de R\$5.900 e (iii) de autos de infração pelo atraso na implantação e envio de relatórios no valor de R\$334.
- (6) Indenização a ser paga a Light no âmbito do aditivo assinado em 21 de dezembro de 2017, para fazer constar novas condições comerciais ao contrato (vide nota 25.3)
- (7) Perdão de dívida concedido pela GE as empresas do Alto Sertão III, nos termos do item 2.3 do instrumento particular de confissão de dívida assinado em 18 de agosto de 2017.

## 23. Resultado financeiro

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		6.886	13.488	1.972	7.343
Outras receitas financeiras		6.420	3.702	2.029	3.181
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira		(1.110)	(1.020)	(184)	(463)
Total das receitas financeiras		12.196	16.170	3.817	10.061
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	15.4	(268.151)	(264.722)	(98.692)	(136.821)
Juros		(60.014)	(77.486)	(259)	(27.506)
Multa sobre dívida		(18.322)	-	-	-
Juros - partes relacionadas	25	(47.425)	(30.253)	(18.994)	(10.369)
IOF		(5.248)	(8.503)	(5.055)	(6.335)
Despesas bancárias		(608)	(129)	(72)	(98)
Fiança bancária para dívida		(44.034)	(20.148)	(10)	(2.667)
Outras despesas financeiras		(26.273)	(17.530)	(16.191)	(10.281)
Total das despesas financeiras		(470.075)	(418.771)	(139.273)	(194.077)
Total do resultado financeiro		(457.879)	(402.601)	(135.456)	(184.016)

## 24. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.246.189)	(1.155.105)	(1.260.950)	(1.165.881)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	423.704	392.736	428.723	396.400
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(12.030)	(1.023)	(302)	(1.023)
Resultado da equivalência patrimonial	24.298	(1.705)	(364.202)	(170.075)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	(2.412)	(77.939)	-	-
Outros	-	287	-	287
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(209)	(91.122)	164.693	(91.122)
Prejuízo fiscal e base negativa	(326.697)	(167.601)	(107.497)	(70.058)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>106.654</u>	<u>53.633</u>	<u>121.415</u>	<u>64.409</u>

A Controladora não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal do exercício	(316.167)	(203.179)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(375.283)	(172.104)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(691.450)</u>	<u>(375.283)</u>

## 25. Transações com partes relacionadas

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Mútuo</b>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	44.009	34.827	(2.653)	(2.385)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	169.703	216.543	(13.146)	(7.230)	-	-
Chiple SP Participações S.A.	-	-	64.343	18.925	(3.161)	(754)	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	-	125	-	(11)	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	-	107	-	(12)	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	-	-	-	(4)	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	-	127	-	(5)	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	-	-	-	-	(2)	-	-	-
Subtotal	-	-	278.414	270.295	(18.994)	(10.369)	-	-
<b>Rateio de despesa</b>								
Energética Serra da Prata S.A.	84	105	-	-	-	-	(1.557)	(105)
Renova Comercializadora de Energia S.A.	223	642	-	-	-	-	(3.322)	(642)
Controlada - LEN 2012 (A-5)	64	413	-	-	-	-	(217)	(413)
Controladas - LER 2013	542	3.498	-	-	-	-	(1.845)	(3.498)
Controladas - LER 2014	22	791	-	-	-	-	(829)	(791)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	82	558	-	-	-	-	(269)	(558)
Controladas - ACL (Light I)	691	4.442	-	-	-	-	(2.345)	(4.442)
Controladas - ACL (Mercado livre III)	112	720	-	-	-	-	(380)	(720)
Controladas - ACL (Light II)	697	4.484	-	-	-	-	(2.366)	(4.484)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	375	2.351	-	-	-	-	(1.246)	(2.351)
Subtotal	2.892	18.004	-	-	-	-	(14.376)	(18.004)
<b>Outros saldos</b>								
Nova Energia Holding S.A. (*)	-	25.489	-	-	-	-	-	-
CEMIG Distribuição S.A.	-	-	-	-	-	-	(176)	-
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital (**)</b>								
Nova Energia Holding S.A.	-	41.256	-	-	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A.	37.427	57.643	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	1.244	3.576	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	1.383	3.785	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	1.486	5.471	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	1.499	4.470	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	967	2.969	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	1.076	2.718	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	1.308	3.666	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	934	2.409	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	111	531	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	1.776	2.007	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	482	1.322	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Calianira S.A.	422	999	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	379	686	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	52	89	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	93	117	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	124.042	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	-	3.265	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	-	541	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	-	245	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	-	149	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	-	108	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 7 S.A.	-	121	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 8 S.A.	-	53	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	4.224	21.534	-	-	-	-	-	-
Outras participações	13	187	-	-	-	-	-	-
Subtotal	54.876	309.448	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>57.768</b>	<b>327.452</b>	<b>278.414</b>	<b>270.295</b>	<b>(18.994)</b>	<b>(10.369)</b>	<b>(14.552)</b>	<b>(18.004)</b>

(\*) Saldos de partes relacionadas reflexo da operação da Companhia com sua controlada Nova Energia Holding S.A. de acordo com o seu Estatuto Social.

(\*\*) Adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Companhia para as suas controladas, sem custo financeiro. A Companhia pretende integralizá-los até 30 de abril de 2018.



	Consolidado			
	Passivo		Resultado financeiro	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Renova Comercializadora de Energia S.A.</b>				
Adiantamentos de cliente (nota 25.3.a)	-	229.053	-	(17.053)
Partes relacionadas (nota 25.3.a e 25.3.b)	350.200	73.722	(47.425)	(13.200)
	<u>350.200</u>	<u>302.775</u>	<u>(47.425)</u>	<u>(30.253)</u>

Apresentamos a seguir as demais operações com partes relacionadas direta e indireta ocorridas no exercício:

	Consolidado					
	Contas a receber de clientes (nota 8)	Fornecedor (nota 14)	Outras contas a pagar (nota 18)	Receita	Custo	Despesa
<b>Partes relacionadas</b>						
CEMIG Distribuição S.A.	10.272	-	-	135.667	-	(176)
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	-	176.175	-	-
Clima Tradin Comercializadora de Energia Ltda	-	1.319	-	6.566	(22.857)	-
LIGHTCOM Comercializadora de Energia S.A.	14.737	-	71.100	187.712	(11.998)	(71.100)
	<u>25.009</u>	<u>1.319</u>	<u>71.100</u>	<u>506.120</u>	<u>(34.855)</u>	<u>(71.276)</u>

## 25.1 Mútuos

Contas a pagar – correspondem a mútuos realizados com as controladas apresentadas no quadro com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da controladora. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TJLP, acrescido de juros que variam de 0,25% a 0,5% a.a.

## 25.2 Rateio de despesa

Refere-se a reembolso de despesas, de acordo com contratos de rateio de despesas, realizadas de forma centralizada pela Companhia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

## 25.3 Comercialização e Contrato de gestão de ativos

### a) Contrato de compra e venda de energia

#### Light (“Light I” e “Light II”)

Em 17 de outubro de 2013, a controlada Renova Comercializadora e a Light Com Comercializadora de Energia S.A. (“Light Com”) assinaram contratos de compra e venda de energia (Light I e Light II) no qual a Renova Comercializadora irá entregar 33,4 MW médios de energia eólica para cada contrato totalizando 66,8 MW médios, em 06 de novembro de 2017, o contrato Light II foi aditivado reduzindo o período de suprimento do contrato para 30 de junho de 2019. A partir de 1º de julho de 2019 esse contrato será cedido a Engie, conforme negociação de venda do Complexo Umburanas.

Em 21 de dezembro de 2017, o contrato Light I também foi aditivado para fazer constar novas condições comerciais, como preço de energia, índice de atualização e sazonalização, necessárias ao cumprimento de determinadas condicionantes do BNDES e da Brookfield, mediante pagamento de indenização à Light Com de R\$71.100, a ser paga até 30 de abril de 2018. Caso não ocorra o pagamento, o valor devido estará sujeito à correção de acordo a

variação do IGPM com juros remuneratórios de 1% a.m. até a data do efetivo pagamento. Essa penalidade foi reconhecida no resultado do exercício (vide nota 22).

Em 27 de janeiro de 2017, foi aprovada a contratação de adiantamento de clientes de R\$10.000 relativo ao contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado entre Renova Comercializadora e Light Com em 17 de outubro de 2013, a fim de viabilizar o cumprimento de obrigações financeiras da Companhia de curtíssimo prazo. Em 31 de março de 2017, esse adiantamento foi quitado.

#### CEMIG GT

Em 23 de dezembro de 2013, a Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram contrato de compra e venda de energia no qual a Renova Comercializadora se comprometeu a entregar para o Lote I 66,8 MW médios de energia eólica e para Lote II mais 66,8 MW médios de energia eólica, totalizado 133,6 MW médios, totalizando um fornecimento de 200,4 MW médios de energia contratada.

No âmbito desse contrato de compra e venda de energia, foram realizados dois adiantamentos relacionados ao Lote II, cujas características estão descritas a seguir:

	1ª antecipação	2ª antecipação	Total
Data da aprovação	11 de maio de 2016	8 de setembro de 2016	-
Valor aprovado	R\$ 94.000	R\$ 118.000	R\$ 212.000
Atualização	155% do CDI	155% do CDI	-
Quitação	A partir de janeiro de 2020	A partir de maio de 2021	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017:	R\$ 121.849	R\$ 143.387	R\$ 265.236

Em 24 de novembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou e as partes assinaram o sexto termo aditivo ao referido contrato cancelando o suprimento de energia de 66,8 MWm do Lote II, em decorrência da venda do Complexo Umburanas (vide notas 1.2.3 e 5.2). Nesta mesma data, as partes celebraram 2 (dois) termos de Acordo e Reconhecimento de Dívida (“TARDs”) com o objetivo de definir garantias e condições de pagamento das dívidas decorrentes das antecipações mencionadas acima. Os TARDs serão pagos em 12 parcelas, ao longo de 2020 e 2021, sendo a primeira parcela paga em 25 de janeiro de 2020 e 25 de janeiro de 2021, respectivamente, mais onze parcelas mensais e consecutivas, atualizadas a 155% do CDI Cetip, desde a data dos respectivos desembolsos até a data do efetivo pagamento. Devido a este cancelamento o saldo anteriormente classificado na rubrica de adiantamento de cliente foi reclassificado para partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo a pagar a CEMIG GT decorrente dessas antecipações é de R\$265.236 (R\$229.053 para 31 de dezembro de 2016).

#### b) Confissão de dívida com a CEMIG – PPA CEMIG

Em 15 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o adiantamento de R\$60.000 referente ao contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado em 25 de março de 2014, entre a Renova Comercializadora e a CEMIG, no qual a Renova Comercializadora iria entregar 308 MW médios de energia eólica. Em 10 de junho de 2016 este contrato foi cancelado e o pagamento antecipado foi reconhecido pela Renova Comercializadora como dívida, a ser paga com uma entrada de R\$6.000, com vencimento em 10 de fevereiro de 2018, mais onze parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$4.909, atualizadas a 150% do CDI Cetip, desde a data base de 15 de dezembro de 2015 até a data do efetivo pagamento. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo dessa dívida é de R\$84.964 (R\$73.722 para 31 de dezembro de 2016). Caso não ocorra o pagamento, o valor devido estará sujeito à aplicação de 2% de multa e juros moratórios de 1% a.m. até a data do efetivo pagamento. A Companhia está negociando com a CEMIG a postergação do vencimento dessa dívida.

c) Compra e venda de energia entre LEN 2011 (A-3), LEN 2012 (A-5) e Renova Comercializadora

Para honrar com os compromissos dos contratos de compra e venda de energia dos parques que não entraram em operação comercial na data contratada, a Renova Comercializadora utilizou o lastro dos parques eólicos do LEN 2011 (A-3) para adquirir energia incentivada com liquidação na CCEE. Até 31 de dezembro de 2017 a operação de compra de energia pela Renova Comercializadora junto aos parques do LEN 2011 (A-3) foi de 44.236,02MWh\* (R\$6.081). Nesse mesmo período, o parque eólico São Salvador ((LEN 2012 (A-5)) comprou 14.453,40MWh\* (R\$1.383) dos parques do LEN 2011 e 7.589MWh\* (R\$1.641) da Renova Comercializadora.

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

d) Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova (MCSD Energia Nova) foi promovido pela CCEE com a intenção de diminuir a sobrecontratação das distribuidoras. A Companhia participou do MCSD em 27 de dezembro de 2016, descontratando um volume total de 100,2 MWm de energia dos parques do LEN 2011 (A-3) para o período de janeiro a dezembro de 2017, faturando o montante de R\$104.309 até 31 de dezembro de 2017 (R\$70.960, em 2016).

A controlada indireta São Salvador participou do MCSD em 24 de março de 2017, descontratando o volume total de 10,2 MWm de energia do 15º Leilão de Energia Nova (LEN 2012 (A-5)) no período de abril de 2017 a dezembro de 2017. Em 19 de maio de 2017, a Companhia cancelou permanentemente esse contrato. Assim, a São Salvador não precisará comprar energia para suprir a necessidade do contrato.

## 25.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração para os exercício findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$10.439 e R\$10.165, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

### Remuneração da Diretoria e Conselho Fiscal

	31/12/2017					31/12/2016		
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total
Número de membros	2,25	3,08	5,33	3,00	8,33	4,33	3,58	7,91
Remuneração fixa acumulada	2.694	2.409	5.103	285	5.388	3.654	2.131	5.785
Salário ou pró-labore	2.313	2.090	4.403	285	4.688	3.261	1.790	5.051
Benefícios diretos e indiretos	381	319	700	-	700	393	341	734
Remuneração por participação em comitê	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	1.369	899	2.268	-	2.268	1.972	639	2.611
Provisão Programa de participação no resultado	1.313	803	2.116	-	2.116	-	-	-
Bônus	-	-	-	-	-	1.840	639	2.479
Gratificações	56	96	152	-	152	132	-	132
Encargos	601	952	1.553	57	1.610	1.106	663	1.769
Benefícios pós emprego	56	7	63	-	63	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do cargo	614	496	1.110	-	1.110	-	-	-
Valor total da remuneração por órgão	<u>5.334</u>	<u>4.763</u>	<u>10.097</u>	<u>342</u>	<u>10.439</u>	<u>6.732</u>	<u>3.433</u>	<u>10.165</u>

### Remuneração média mensal da Diretoria e Conselho Fiscal

	31/12/2017			31/12/2016	
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária
Número de membros	2,25	3,08	3,00	4,33	3,58
Valor da maior remuneração individual	464	456	9	287	95
Valor da menor remuneração individual	171	96	9	66	54
Valor médio de remuneração individual	243	207	9	134	78

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, o montante de R\$3.183 para a remuneração global dos administradores referente ao exercício de 2017. Em 2018 o Conselho de Administração irá submeter solicitação de revisão da remuneração afim de incluir valores relacionado ao programa de participação no resultado e os benefícios motivados pela cessação do cargo.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo conforme o caso.

## 25.5 Pagamentos baseados em ações

### 25.5.1 Informações do plano de compra de ações da Companhia

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações (“PBA”) instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76. De acordo com as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, conforme aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, o plano estabelece que sejam elegíveis como beneficiários os administradores, executivos e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle. Conforme contratos de PBA por beneficiários, estes podem receber opções para a compra de ações por um determinado preço de exercício por *unit* (correspondente a uma ação ordinária e duas preferenciais) referentes aos dois programas da Companhia para o PBA, “Programa 2011”: preço de R\$0,34 (trinta e quatro centavos); e “Programa 2013” (série 1): preço de R\$38,42 (trinta e oito reais e quarenta e dois centavos). O preço de exercício do Programa 2013 (série 1) é atualizado pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M/FGV) até a data do exercício.

O Programa 2011 foi elaborado visando o alto desempenho de seus projetos Eólicos, em que as outorgas e *vestings* são simultâneos e totalmente ligados ao sucesso dos marcos de cada projeto que são: 1) o sucesso no leilão de energia; 2) a obtenção do financiamento sênior; 3) entrada em operação do parque; e 4) aniversário de um ano da entrada em operação, sendo calculado ao percentual de 3% do Valor Presente Líquido do projeto calculado na data dos marcos contratados. A Companhia ainda distribuiu ações a título de sucesso na Oferta Pública Inicial (IPO) e acordos com executivos-chave, em que o último *vesting* ocorreu em 2015. Em 26 de junho de 2013 o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela suspensão do Programa 2011, não sendo permitido o ingresso de novos participantes e limitando-o aos projetos comercializados entre dezembro de 2009 até junho de 2013. Os beneficiários contemplados continuarão participando deste programa até o término de todos os marcos desses projetos que tem previsão do último marco ocorrer no ano de 2018 (4º marco LER 2010). Conforme previsto em contrato, o projeto LEN 2011(A-3) não atingiu o VPL esperado e, dessa forma, o PBA relativo ao projeto foi cancelado.

Na mesma data, foi aprovado outro programa: Programa 2013, em que as outorgas são exercíveis em até 6 anos, ou seja, de dezembro de 2014 a 2020, sendo o *vesting* ao longo de 4 anos (25% ao ano), subsequentes a data da outorga. A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já

outorgadas nos termos do plano. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito às qualidades de acionista da Companhia, incluindo o direito de receber dividendos. As opções podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data em que expiram. Uma vez exercida a opção, as ações objeto da respectiva opção serão emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

A quantidade de opções concedidas é calculada de acordo com uma fórmula baseada no desempenho e aprovada pelos acionistas através de Assembleia Geral realizadas. A fórmula recompensa os administradores, executivos e empregados elegíveis à medida que as metas da Companhia são alcançadas em relação a critérios qualitativos e quantitativos definidos anteriormente.

O efeito das opções no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ R\$133 reconhecido em contrapartida do patrimônio líquido. Sendo canceladas 139.206 opções no exercício de 2016.

#### **25.5.2 Valor justo das opções de compra de ações**

As opções foram precificadas de acordo com um modelo matemático Black-Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais. A volatilidade esperada baseia-se na volatilidade de preços histórica dos últimos cinco anos.

Não houve o exercício de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### **26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

#### ***a. Valor justo dos instrumentos financeiros***

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.601	8.344	1.601	8.344
Aplicações financeiras	23.149	27.442	23.149	27.442
Contas a receber de clientes	44.611	49.138	44.611	49.138
Cauções e depósitos vinculados	-	33.510	-	33.510
Não circulante				
Aplicações financeiras	7.789	-	7.789	-
Cauções e depósitos vinculados	11.361	87.836	11.361	87.836
Investimento TerraForm	-	261.661	-	261.661
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	259.377	546.911	259.377	546.911
Empréstimos e financiamentos	1.212.702	2.051.611	1.212.702	2.045.371
Debêntures	-	678.673	-	670.173
Partes relacionadas	84.964	-	84.964	-
Não circulante				
Fornecedores	25.220	27.703	25.220	27.703
Empréstimos e financiamentos	80.791	93.338	80.636	93.338
Partes relacionadas	265.236	73.722	265.236	73.722

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	301	771	301	771
Aplicações financeiras	41	7.222	41	7.222
Contas a receber de clientes	484	341	484	341
Cauções e depósitos vinculados	-	33.510	-	33.510
Partes relacionadas	2.892	18.004	2.892	18.004
Não circulante				
Aplicações financeiras	7.789	-	7.789	-
Partes relacionadas	54.876	309.448	54.876	309.448
Investimento TerraForm	-	261.661	-	261.661
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	39.305	87.984	39.305	87.984
Empréstimos e financiamentos	300.486	252.508	300.486	252.508
Debêntures	-	504.216	-	496.577
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	3.192	-	3.192
Partes relacionadas	278.414	270.295	278.414	270.295



## b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado								
	31/12/2017				31/12/2016				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	1.601	-	-	1.601	8.344	-	-	-	8.344
Aplicações financeiras	-	23.149	-	23.149	-	27.442	-	-	27.442
Contas a receber de clientes	44.611	-	-	44.611	49.138	-	-	-	49.138
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	-	33.510	-	-	-	33.510
Não circulante									
Aplicações financeiras	-	7.789	-	7.789	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	11.361	-	-	11.361	87.836	-	-	-	87.836
Investimento TerraForm	-	-	-	-	-	-	261.661	-	261.661
Passivos Financeiros									
Circulante									
Fornecedores	-	-	259.377	259.377	-	-	-	546.911	546.911
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.212.702	1.212.702	-	-	-	2.045.371	2.045.371
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	670.173	670.173
Partes relacionadas	-	-	84.964	84.964	-	-	-	-	-
Não circulante									
Fornecedores	-	-	25.220	25.220	-	-	-	27.703	27.703
Empréstimos e financiamentos	-	-	80.636	80.636	-	-	-	93.338	93.338
Partes relacionadas	-	-	265.236	265.236	-	-	-	73.722	73.722

	Controladora								
	31/12/2017				31/12/2016				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	301	-	-	301	771	-	-	-	771
Aplicações financeiras	-	41	-	41	-	7.222	-	-	7.222
Contas a receber de clientes	484	-	-	484	341	-	-	-	341
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	-	33.510	-	-	-	33.510
Partes relacionadas	2.892	-	-	2.892	18.004	-	-	-	18.004
Não circulante									
Aplicações financeiras	-	7.789	-	7.789	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	54.876	-	-	54.876	309.448	-	-	-	309.448
Investimento TerraForm	-	-	-	-	-	-	261.661	-	261.661
Passivos Financeiros									
Circulante									
Fornecedores	-	-	39.305	39.305	-	-	-	87.984	87.984
Empréstimos e financiamentos	-	-	300.486	300.486	-	-	-	252.508	252.508
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	496.577	496.577
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	3.192	3.192
Partes relacionadas	-	-	278.414	278.414	-	-	-	270.295	270.295

## c. Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	30.938	-	30.938	-

Consolidado				
Descrição	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	27.442	-	27.442	-
Investimento TerraForm (disponível para venda)	261.661	261.661	-	-
Total	289.103	261.661	27.442	-

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

#### **d. Risco de Mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota 15, possuem como contrapartes o BNB, BNDES e Captações para giro. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJLP, TJ6 e Taxa pré-fixada.

#### e. Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	23.149	23.149	23.149
	Taxa anual estimada do CDI para 2018	6,80%	5,10%	3,40%
	Efeito anual nas aplicações financeiras:			
	Perda	(301)	(681)	(1.060)
Alta do CDI	Outros empréstimos curto prazo:	317.748	317.748	317.748
	Partes relacionadas CEMIG:	350.200	350.200	350.200
	Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2017	6,90%	6,90%	6,90%
	Taxa anual estimada do CDI para 2018	6,80%	8,50%	10,20%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	-	(13.531)	(27.908)
Alta da TJLP	BNDES - Diamantina Eólica (Subcréditos "A" e "B"):	661.061	661.061	661.061
	Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2017	7,00%	7,00%	7,00%
	Taxa anual estimada da TJLP para 2018	6,75%	8,44%	10,13%
	Perda anual nos financiamentos com o BNDES	-	(9.503)	(20.658)
Alta da TJ6	BNDES - Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	224.725	224.725	224.725
	Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2017	6,69%	6,69%	6,69%
	Taxa considerando os cenários para TJ6	6,69%	8,36%	10,04%
	Perda anual no financiamento com o BNDES	-	(3.759)	(7.517)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 6,8%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (5,10% a.a.) e 50% (3,40% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para os outros empréstimos de curto prazo e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (8,50% a.a.) e 50% (10,20% a.a.). Observa-se que o spread médio ponderado nos empréstimos de curto prazo é de 46,16% + 100% do CDI.

Para os financiamentos com o BNDES vinculados à TJLP, considera um cenário provável com base na taxa para o último trimestre de 2017 de 6,75%. Os cenários II e III consideram uma alta dessa taxa em 25% (8,44%) e 50%

(10,13%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado é de 4,17% + TJLP para os financiamentos com BNDES. Para o financiamento com o BNDES vinculado à TJ6, considera um cenário provável com base na taxa efetiva de 31 de dezembro de 2017 de 6,69%. Os cenários II e III consideram uma lata da taxa em 25% (8,36%) e 50% (10,04%).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

#### **f. Risco de Liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controladora e controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo relevante e a Administração detalhou seus planos na nota 1.4. A Administração entende que, com o sucesso das medidas mencionadas na nota 1.4, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

##### **f.1. Tabela do risco de liquidez e juros**

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual apresentado em 31 de dezembro de 2017 a seguir contempla também no curto prazo as dívidas que não atingiram os respectivos índices financeiros determinados nos contratos.

	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.056.003	156.699	51.165	29.626	1.293.493
	Controladora				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	150.545	149.941	-	-	300.486

#### **g. Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil			
		Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros					
Circulante					
Contas a receber de clientes	8	44.611	49.138	484	341

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### **h. Gestão de capital**

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures e partes relacionadas	1.643.538	2.882.604
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(32.539)	(35.786)
Dívida líquida	1.610.999	2.846.818
Patrimônio líquido	779.808	1.955.598
Índice de alavancagem financeira - %	207%	146%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

#### *i. Risco da escassez de vento*

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

#### *j. Risco hidrológico*

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espira, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota 17 duas das três PCHs da controlada indireta optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

## **27. Prejuízo por ação**

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O prejuízo por ação diluído é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(1.139.535)	(1.101.472)
<u>Prejuízo por ação básico:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	407.440	340.943
Prejuízo por ação básico (em R\$)	<u>(2,80)</u>	<u>(3,23)</u>
<u>Prejuízo por ação diluído:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	407.440	340.943
Prejuízo por ação diluído (em R\$)	<u>(2,80)</u>	<u>(3,23)</u>

## 28. Ativos classificados como mantidos para venda

Para 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos de determinados projetos foram classificados como ativos mantidos para venda e passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda, conforme segue:

### 28.1 Controladora e consolidado

Composição dos investimentos na controladora:

Ativos classificados como mantidos para venda	31/12/2017
Projeto Santapape 3	5.252
Projeto Facheiro 1	10.946
Total	16.198
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	31/12/2017
Fornecedores	43.000

### 28.2 Balanço patrimonial – ativos mantidos para venda

A seguir apresentamos o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 dos projetos:

	Projeto Santapape 3	Projeto Facheiro 1	Total		Projeto Facheiro 1	Total
<b>ATIVOS</b>				<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
NÃO CIRCULANTES				CIRCULANTES		
Imobilizado	5.252	10.946	16.198	Fornecedores	43.000	43.000
Total dos ativos não circulantes	5.252	10.946	16.198	Total dos passivos circulantes	43.000	43.000
TOTAL DOS ATIVOS	5.252	10.946	16.198	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.000	43.000

## 29. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	13.3	48.603	235.064	7.972	73.622
Integralização de capital em controladas com ativo imobilizado	13.4	-	-	(145.934)	(510.466)
Encargos financeiros capitalizados	13.6, 15.4	-	105.345	-	-
Rendimentos financeiros capitalizados		-	(1.387)	-	-
Conversão de dívida de fornecedor para empréstimo de curto prazo		-	97.823	-	97.823



## 30. Eventos subsequentes

### 30.1 Prorrogação do empréstimo BNDES (ponte)

Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia assinou o 8º aditivo ao contrato de financiamento celebrado entre o BNDES e a controlada indireta Diamantina Eólica, alterando a data de vencimento da parcela única de amortização para 15 de julho de 2018. Também, a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) foi substituída pela Taxa de Longo Prazo (“TLP”) para os Subcréditos “A” e “B”.

### 30.2 Venda do Complexo Eólico Alto Sertão III

Em 23 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu da Brookfield proposta vinculante em substituição à oferta de capitalização primária aceita anteriormente. Essa proposta contempla a aquisição dos seguintes ativos e respectivos preços:

- (i) Complexo Alto Sertão III, composto por 433 MW com PPAs e 288MW inscritos no Leilão de dezembro de 2017, pelo valor de R\$650.000, a serem pagos na data de fechamento da transação, podendo ser acrescido de *earn-out* de até R\$150.000 (corrigidos por CDI) vinculado à geração futura do complexo eólico, a ser apurada após 5 anos de sua entrada em operação. Os financiamentos bancários relativos a esses ativos também serão transferidos na venda.
- (ii) Projetos eólicos em desenvolvimento, com capacidade instalada estimada de 1,1 GW, ao preço de R\$187 por MW, a serem pagos como *earn-out* (corrigidos por CDI).

Em 27 de fevereiro de 2018, a Companhia aceitou a proposta vinculante mencionada acima e concedeu um período de exclusividade à Brookfield, de 30 (trinta) dias, prorrogáveis automaticamente por 30 (trinta) dias adicionais, para finalização dos documentos da transação, cuja conclusão efetiva se dará após a apreciação e aprovação dos órgãos de governança da Companhia e de seus controladores, bem como após o cumprimento de condições precedentes usuais em transações desta natureza.

Segue abaixo os saldos que estão sendo negociados nessa proposta:

Alto Sertão					Alto Sertão				
ATIVOS	Fase A	Itaparica	Fase B	Total	PASSIVOS	Fase A	Itaparica	Fase B	Total
<b>CIRCULANTES</b>					<b>CIRCULANTES</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	85	11	769	865	Fornecedores	111.097	19.086	49.780	179.963
Impostos a recuperar	1.148	151	75	1.374	Financiamentos	903.048	2.016	-	905.064
Despesas antecipadas	286	303	-	589	Impostos a recolher	11.977	215	1.170	13.362
Adiantamentos a fornecedores	210	-	827	1.037	Partes relacionadas	1.410	83	1.072	2.565
Outros créditos	84	-	44	128	Contas a pagar - CCEE	18.136	-	-	18.136
Total dos ativos circulantes	1.813	465	1.715	3.993	Outras contas a pagar	-	-	14	14
					Total dos passivos circulantes	1.045.668	21.400	52.036	1.119.104
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					<b>NÃO CIRCULANTES</b>				
Partes relacionadas	-	-	359	359	Fornecedores	9.008	1.558	14.655	25.221
Imobilizado	1.475.984	69.336	113.893	1.659.213	Financiamentos	-	9.999	-	9.999
Total dos ativos não circulantes	1.475.984	69.336	114.252	1.659.572	Contas a pagar - CCEE	522	-	-	522
					Partes relacionadas	37.427	4.224	13.213	54.864
					Total dos passivos não circulantes	46.957	15.781	27.868	90.606
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>					<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>				
	1.477.797	69.801	115.967	1.663.565		1.092.625	37.181	79.904	1.209.710

### 30.3 Adiantamento de cliente

A Companhia solicitou e recebeu o montante de R\$68.052 referente ao adiantamento de entrega futura de energia elétrica, condição prevista no Contrato Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora e firmado entre a Lightcom e a Renova Comercializadora. Este montante foi descontado a 155% do CDI e a quitação se dará através de encontro de contas referente ao ciclo de faturamento de março de 2018, com vencimento a partir de abril de 2018.

### 30.4 Proposta vinculante da CEMIG referente a aquisição de 100% das ações de emissão da Chipley

Em 27 de março de 2018, a Companhia recebeu uma proposta vinculante da acionista Companhia Energética de Minas Gerais referente à aquisição de 100% das ações de emissão da Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) detidas pela Renova ou de 51% das ações de emissão da Brasil PCH detidas pela Chipley. A Proposta ainda será objeto de análise e deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia e a Cemig está impedida de se manifestar nos órgãos de governança da Renova sobre as deliberações relativas à aludida proposta vinculante. A conclusão da transação, se aceita pela Renova, dependerá ainda de determinadas condições precedentes comuns a este tipo de transação.

\* \* \*

Cristiano Corrêa de Barros  
Diretor Presidente Interino e Vice-Presidente de  
Finanças, Desenvolvimento de Negócios e Relações  
com Investidores

Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

São Paulo, 27 de março de 2018.

## DESTAQUES DO PERÍODO E EVENTOS SUBSEQUENTES

- Processo de aumento de capital finalizado, com aporte total de R\$112,8 milhões, sendo R\$96 milhões dos acionistas controladores da Companhia.
- Descontratação dos PPAs LEN A-5 2012 (10,2MWm de capacidade instalada - Complexo Alto Sertão III) e LEN A-5 2013 (178,0 MWm de capacidade instalada – Complexo Umburanas).
- Venda das ações da Terraform Global por US\$ 92,8 milhões (R\$ 305,8 milhões) e encerramento do processo de arbitragem mediante pagamento de US\$15,0 milhões (R\$48,6 milhões) à Renova.
- Venda do complexo Alto Sertão II pelo valor base de R\$ 600 milhões.
- Venda do Complexo de Umburanas e PPAs do mercado livre para a Engie Brasil Energia S.A. (“Engie”) pelo valor de R\$ 16,9 milhões.
- Rolagem do empréstimo ponte do Alto Sertão III, no valor de R\$ 885,8 milhões, para 15 de julho de 2018 (evento subsequente).
- Recebimento, em 23 de fevereiro de 2018, de nova Oferta Vinculante da Brookfield Energia Renovável S.A (“BER”), em substituição à oferta original de capitalização primária, recebida em 11 de novembro. A nova oferta contempla a aquisição dos ativos de todo o Complexo Eólico Alto Sertão III, bem como de, aproximadamente, 1,1 GW em projetos eólicos em desenvolvimento. (Evento subsequente)
- Recebimento, em 27 de março de 2018, de Oferta Vinculante da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”) para aquisição de 100% da participação da Renova na Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”). (Evento subsequente)
- Principais destaques do resultado do exercício de 2017: Receita Operacional Líquida de R\$734,1 milhões, EBITDA negativo de R\$ 739,8 milhões, EBITDA ajustado negativo de R\$ 83,1 milhões e Prejuízo Líquido de R\$ 1.139,5 milhões.

<sup>1</sup> Para cálculo do *market cap* deve-se considerar o total de ações da Renova, dividir o valor por 3 (devido a negociação em *Units*, composta por uma ação ordinária e duas ações preferenciais) e multiplicar pela cotação do valor mobiliário RNEW11 na data desejada.

## TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS

28 de março de 2018  
10h00 (BRT) e 09h00 (EDT)

Código conferência: Renova Energia  
Conexão: Brasil: +55 11 2188 0155  
Replay +55 11 2188 0400  
EUA: + 1 646 843 6054

Slides da apresentação e áudio estarão disponíveis em: <http://ri.renovaenergia.com.br>

## ÍNDICE

Sobre a Renova	02
Portfolio de Projetos	02
Mensagem da Administração	05
Destaques em Detalhe	08
Demonstrações de Resultado	12
Fluxo de Caixa	19
Análise do Balanço Patrimonial	20
Desempenho da RNEW11	23
Estrutura Acionária	24
Glossário	25

## DADOS EM 27/03/2018

RNEW11 = R\$ 2,81/Unit

## VALOR DE MERCADO<sup>1</sup>

RNEW11 = R\$ 390,8 milhões

[ri@renovaenergia.com.br](mailto:ri@renovaenergia.com.br)  
+55 (11) 3509-1152

## 1. SOBRE A RENOVA ENERGIA

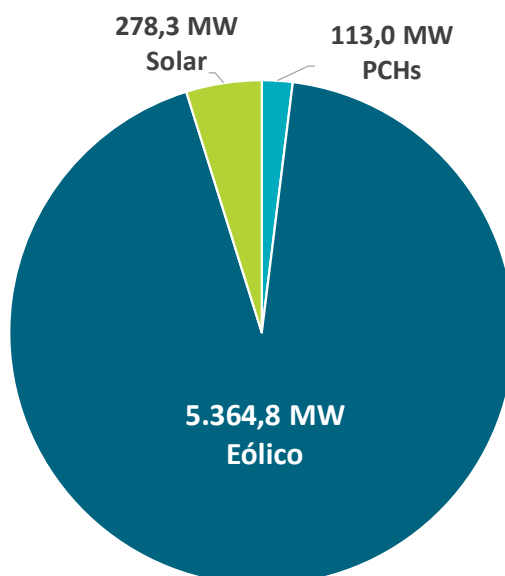
A Renova Energia S.A. (“Companhia” ou “Renova”) é uma empresa de energia renovável, com foco em parques eólicos e solares e pequenas centrais hidrelétricas. O maior diferencial da Companhia é estar presente em toda a cadeia de valor, fazendo prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de projetos de energia renovável. Nos seus 16 anos de atuação, a Renova investiu na formação de uma equipe multidisciplinar, altamente capacitada e composta por profissionais com vasta experiência no setor.

## 2. PORTFÓLIO DE PROJETOS

### Em desenvolvimento

Projetos em estágio de desenvolvimento são aqueles que estão em fase de arrendamento de propriedades, licenciamento e estudos de impacto ambiental e estudos de viabilidade, sem que haja o compromisso em atender algum contrato de compra/venda de energia (*Power Purchase Agreement* - “PPA”).

Portfólio de projetos em desenvolvimento\* (MW estimado)



O Portfólio acima é estimado, pois o potencial efetivo vai depender de características topográficas e de vegetação da área contratada, além do projeto de *Micrositing*, no qual será definido o *layout* da usina, tipo de máquina, fabricante.

\* Inclui os projetos em desenvolvimento que são escopo da transação em negociação com a BER.

### Em implantação

A partir da contratação de PPAs, os projetos passam à fase de implantação até que estejam operacionais.

Atualmente a Renova está implantando o Complexo eólico Alto Sertão III\* com 437,4MW de capacidade instalada (Alto Sertão III Fase A – 389,4 MW; Projeto Híbrido (Eólico) – 43,2 MW; Projeto Híbrido (Solar) – 4,8 MW, sem PPA), que, quando operacional, atenderá contratos do Mercado Livre e Regulado.

### Em operação

Hoje a Companhia tem em operação as 3 Pequenas Centrais Hidroelétricas (“PCHs”) da Espra (41,8 MW de capacidade instalada), e 51% das 13 PCHs da Brasil PCH (“BrPCH”) (148,4 MW de capacidade instalada).

### Capacidade Instalada e/ou Contratada

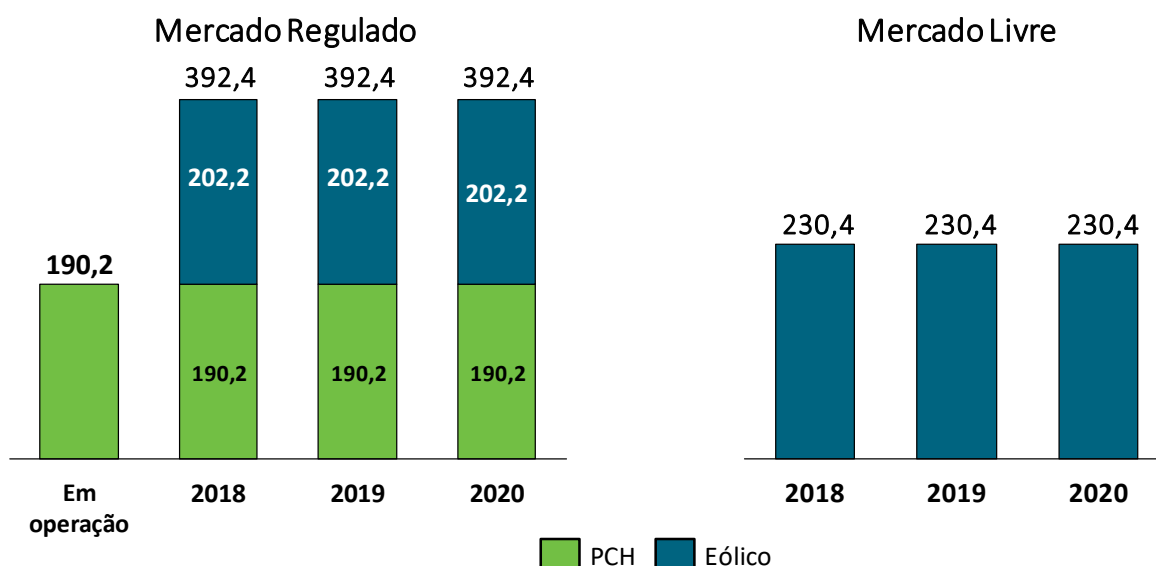
Fonte	Complexo	Contrato	Número de parques	Capacidade Instalada (MW)	Energia Vendida (MWm)	Início do PPA
Eólica	AS-III	LER2013	9	159,0	74,8	set-15
		Light I	14	230,4	108,4	set-15/jan-16
			23	389,4	183,2	-
	Híbrido	LER2014	3	43,2	20,6	out-17
	Comercializadora	Light II	-		100,2	set-16/jan-20
		Mercado Livre I	-		11,0	jan-16
		Mercado Livre II <sup>1</sup>	-		50,0	jan-17
		Mercado Livre III <sup>1</sup>	-		15,0	set-15
			-		176,2	-
Total Eólica		26	432,6	380,0		
PCH	Espra	Proinfa	3	41,8	18,8	2008
	BrPCH <sup>2</sup>	Proinfa	13	148,4	95,8	2008/2009
	Total PCH		16	190,2	114,6	
Solar	Híbrido	Descontratado	1	4,8		-
	Total Solar		1	4,8		
Total Geral			43	627,6	494,6	

<sup>1</sup> Contrato será cedido à Engie a partir de julho/2019, no âmbito da transação da venda de Umburanas.

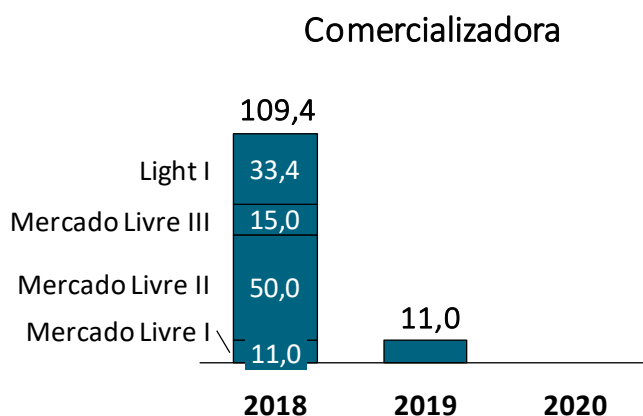
<sup>2</sup> Considera 51% de participação que a Renova tem na Brasil PCH.

\* O Complexo Eólico Alto Sertão III é escopo da transação em negociação com a BER.

Capacidade Instalada (MW), por ambiente de contratação



Energia Contratada não lastreada por geração (MWm)



### 3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo de 2017, a Renova focou seus esforços em 3 pilares estratégicos: reestruturação de processos internos e equipes, revisão do plano de negócios e adequação da estrutura de capital. Em 23 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu uma oferta para aquisição de ativos pela Brookfield e, se concluída a transação, a Renova passará a ser uma empresa de ativos operacionais de PCH, portfólio de projetos eólicos e solares em desenvolvimento e estrutura de capital equacionada.

#### Reestruturação de processos internos e equipes:

O processo de reestruturação de processos internos e equipes iniciado em 2016 e conduzido ao longo de 2017 proporcionou uma redução do SG&A de R\$ 87,2 milhões para R\$ 77,1 milhões (redução de 11,5%), entre os anos. A Companhia continua em constante busca de melhoria na eficiência operacional.

#### Revisão do Plano de Negócios

O principal objetivo da revisão do plano de negócios foi adequar o portfólio da Companhia a sua efetiva capacidade de execução, reduzindo a exposição de comercialização, mitigando riscos regulatórios e diminuindo a necessidade de investimentos futuros.

A Companhia reduziu seu portfólio de PPAs por meio da adesão aos processos do MCSD (para contratos de energia nova), da participação no Leilão Reverso (para contratos de energia de reserva):

- MCSD para o contrato LEN2011 (Complexo do Alto Sertão II): desconstrução de 100,2 MWm do PPA LEN 2011 de janeiro a dezembro de 2017, substituindo a receita desses contratos no mercado regulado pela receita do contrato Light I.
- MCSD A4+ para o contrato LEN 2012 (Complexo do Alto Sertão III): cancelamento permanente de 10,2 MWm a partir janeiro de 2018 até o término do contrato. Essa operação tem como objetivos elevar a receita do projeto Alto Sertão III e reduzir o risco da comercialização da Renova, através da substituição do contrato LEN 2012 por um PPA do mercado livre.
- MCSD A4+ para o contrato LEN 2013 (Complexo de Umburanas): cancelamento permanente de 178,0 MWm a partir de janeiro de 2018 até o término do contrato. O objetivo dessa operação é reduzir a necessidade de capex no médio prazo e mitigar os riscos financeiro e regulatório decorrentes do atraso na entrega dos parques eólicos.
- Leilão Reverso: cancelamento dos parques que comercializaram energia solar no Leilão de Energia de Reserva de 2014 ("LER 2014"), mediante pagamento de R\$ 7,9 milhões, aliviando a necessidade de caixa a médio prazo e os riscos financeiros e regulatórios decorrentes do atraso na entrega dos parques.

Por fim, a Renova assinou o contrato de venda, pelo valor de R\$ 16,9 milhões, do Complexo Eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605MW, para a Engie Brasil Energia S.A. que também incluiu a cessão, a partir de 1º de julho de 2019, dos PPAs do ACL Light II, Mercado Livre II e Mercado Livre III, que totalizam um volume de energia vendida de 165,2 MW médios. A partir de janeiro de 2020, após o término do PPA Mercado Livre I, a Renova não possuirá mais exposição de mercado livre na sua comercializadora de energia.



## Adequação da Estrutura de Capital

Ao final do 4º trimestre de 2017, a dívida financeira bruta da Renova holding totalizou R\$ 300,5 milhões, o passivo com partes relacionadas R\$ 350,2 MM e o passivo com fornecedores (consolidado) R\$ 284,6 milhões e as dívidas de projeto (Alto Sertão III fase A, Finep e Espira) R\$ 992,9 milhões, totalizando R\$ 1.928,1 milhões.

Visando reduzir seu nível de alavancagem, a Companhia realizou as seguintes transações:

- Venda das ações da Terraform Global por US\$ 92,8 milhões (R\$ 305,8 milhões) e encerramento do processo de arbitragem mediante pagamento de US\$15,0 milhões (R\$48,6 milhões) à Renova.
- Venda do Complexo Eólico Alto Sertão II, pelo valor base de R\$ 600 milhões (valor líquido recebido de R\$ 456 milhões).
- Processo de aumento de capital, com aporte total de R\$112,8 milhões, sendo R\$96 milhões dos acionistas controladores da Companhia. Do montante total, R\$ 62,8 milhões foram aportados em 2017.
- Rolagem do empréstimo ponte do BNDES até julho de 2018 e negociação em fase avançada para obtenção do empréstimo de longo prazo para o projeto Alto Sertão III fase A, que atualmente está com 87% de avanço físico.

Em comparação com 2016, quando a dívida financeira bruta da Renova holding totalizou R\$ 752,3 milhões, o passivo com partes relacionadas R\$ 73,4 milhões, o passivo com fornecedores (consolidado) R\$ 574,6 milhões e as dívidas dos projetos (Alto Sertão II e Alto Sertão III fase A, Finep e Espira) R\$ 2.056,6 milhões, somando R\$ 3.457,2 milhões, houve uma redução de 45,1% (vs 2017).

Em 23 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu uma nova oferta vinculante da BER, em substituição a anterior, que contempla a aquisição dos ativos de todo o Complexo de Alto Sertão III, bem como de, aproximadamente, 1,1 GW em determinados projetos eólicos em desenvolvimento. O valor apresentado pelo Complexo ASIII foi de R\$ 650 milhões a ser pago na data de fechamento da transação, valor este sujeito a ajustes usuais em transações desta natureza. O preço poderá ser acrescido de um *earn-out* de até R\$ 150 milhões vinculados à geração futura do Complexo Eólico Alto Sertão III a ser apurada após 5 anos de sua entrada em operação, além de R\$ 187 mil por MW de capacidade instalada para os projetos eólicos em desenvolvimento. O Conselho de Administração da Renova aceitou a proposta e concedeu à BER um novo período de exclusividade de 30 dias, prorrogáveis automaticamente por 30 dias adicionais, para a finalização dos documentos da transação, conforme divulgado ao mercado no dia 27 de fevereiro de 2018.

Se concluída a transação, os recursos obtidos com a venda do Complexo Eólico Alto Sertão III serão direcionados prioritariamente para quitação dos fornecedores deste projeto, bem como para equacionamento das dívidas da holding. Os financiamentos existentes com BNDES e FINEP, no âmbito dos projetos, que no final do 4T17 somavam R\$ 898 milhões, serão transferidos à BER.

Adicionalmente, em 27 de março de 2018, a Companhia recebeu uma proposta vinculante da Companhia Energética de Minas Gerais referente à aquisição de 100% das ações de emissão da Chipley SP Participações S.A. ("Chipley") detidas pela Renova ou de 51% das ações de emissão da Brasil PCH detidas pela Chipley. A Proposta ainda será objeto de análise e deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia e a Cemig está impedida de se manifestar nos órgãos de governança da Renova sobre as deliberações relativas à aludida proposta vinculante. A conclusão da transação, se aceita pela Renova, dependerá ainda de determinadas condições precedentes comuns a este tipo de transação.

## Resumo do Resultado do Exercício

A Receita Operacional Líquida no acumulado no ano totalizou R\$ 734,1 milhões, configurando um aumento de 51,9%. O EBITDA totalizou R\$ 739,8 milhões negativos no acumulado anual. Enquanto o EBITDA Ajustado somou R\$ 83,1 milhões negativos no acumulado do ano. Por fim, o Prejuízo Líquido no ano acumulou R\$ 1.139,5 milhões.

## 4. DESTAQUES EM DETALHE

### 4.1 Processo de aumento de capital

No dia 23 de dezembro de 2016, a Renova aprovou por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$300,0 milhões, pelo preço de emissão de R\$ 2,00 por ação e R\$ 6,00 por unit. O prazo para exercer o direito de preferência terminou no dia 26 de abril de 2017 e até o início do mês de junho o processo de subscrição e integralização deverá ser finalizado.

Reforçando o compromisso dos sócios controladores com a Companhia, Cemig GT, Light Energia e RR Participações, realizaram aportes de R\$96,0 milhões. Adicionalmente, os acionistas minoritários aportaram R\$ 16,2 milhões, totalizando 112,8 milhões no ano de 2017.

### 4.2 Descontratação dos PPAs

No dia 19 de maio de 2017, a Renova optou por descontratar permanentemente os projetos LEN 2012 (10,2MWm) e LEN 2013 (178,0MWm) através do mecanismo de compensação de sobras e déficits (MCSD A4+).

Adicionalmente, com o objetivo de melhorar seu balanço energético, reduzindo a exposição da Companhia ao mercado de curto prazo e sobretudo, aumentar o fluxo de caixa do projeto Alto Sertão II, substituindo a receita do mercado regulado pelo contrato Light I (preço 21% maior), a Renova descontratou 100,2MWm referentes ao leilão de energia LEN A-3 de 2011.

No dia 28 de agosto de 2017, a Companhia descontratou, por meio do Mecanismo de Descontratação de Energia de Reserva (Leilão Reverso), os parques que comercializaram energia solar no Leilão de Energia de Reserva de 2014 ("LER 2014"). Os quatro parques que em conjunto totalizam 99,75 MW de capacidade instalada e 21,8MWm de garantia física, haviam sido vendidos ao valor médio R\$ 220,30 por MWh (data base de outubro de 2014) e foram descontratados frente ao pagamento de um prêmio de R\$ 7,9 milhões de acordo com as regras do edital do Mecanismo.

Essas ações demonstram o compromisso da Renova e de seus sócios controladores em adequar o portfólio de contratos da Companhia com sua capacidade financeira de implantação e mitigar riscos financeiros e regulatórios decorrentes do atraso na entrega dos parques.

### 4.3 Venda das ações da Terraform Global

No dia 3 de julho, a Renova concluiu a venda para a Brookfield Asset Management dos 20,3 milhões de ações que a Companhia detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. ("TerraForm Global"). O preço total de aquisição das ações foi de US\$ 92,8 milhões (R\$ 305,8 milhões), pagos à Companhia em 29 de junho de 2017.

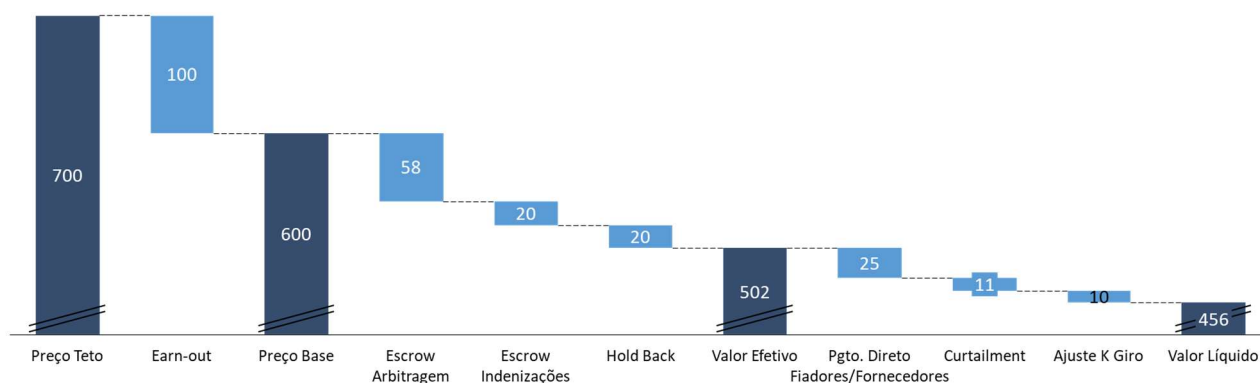
Também nesta data foi celebrado um Acordo entre a Companhia e a TerraForm Global, no qual as partes concordaram em encerrar o processo de arbitragem, mediante pagamento à Renova de US\$15,0 milhões (R\$ 48,6 milhões).

#### 4.4 Venda do complexo Alto Sertão II

Em linha com a estratégia da Companhia de readequação da sua estrutura de capital, no dia 03 de agosto de 2017, a Renova celebrou o fechamento da transação com a AES Tietê para alienação dos ativos do complexo Alto Sertão II (anunciada no dia 18 de abril de 2017).

Com o fechamento da transação, a AES passa a ter o controle de 100% das ações da Nova Energia Holding S.A., empresa que controla as 15 sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Alto Sertão II, pelo valor de R\$600,0 milhões. O valor de aquisição poderá ser acrescido em até R\$ 100 milhões, condicionado ao desempenho de geração de energia do Complexo, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

Composição valor de venda do projeto Alto Sertão II – R\$ MM.



A venda do Alto Sertão II está completamente alinhada com a estratégia da Companhia, que visa readequar a estrutura de capital atual para garantir saúde financeira e a sustentabilidade do negócio no longo prazo.

#### 4.5 Fechamento da Venda do Complexo de Umburanas e transferência de PPAs do ACL

Em 24 de novembro de 2017, a Renova concluiu a venda do Complexo Eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605MW, para a Engie Brasil Energia S.A., por meio da sua subsidiária ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. O valor final da transação foi de R\$ 16,9 milhões. O escopo da transação envolve a cessão de direitos referentes aos seguintes projetos:

- (i) “Projeto Umburanas I”, que atendia ao leilão LEN A-5 2013 com capacidade instalada de 355,5MW, e foi descontratado no MCSD A4+ conforme divulgado pela Companhia no Fato Relevante datado de 19 de maio de 2017;
- (ii) “Projeto Umburanas II”, referente ao leilão LEN A-5 2014 com capacidade instalada de 108,9MW;
- (iii) “Projeto Umburanas III”, referente ao potencial eólico remanescente, detido pela Renova na região de Umburanas;

Além do evento de liquidez de curto prazo, a Renova ressalta que esta transação atinge mais dois objetivos estratégicos de médio e longo prazo que agregam valor significativo à Companhia, quais sejam:

- Redução da necessidade de capex no médio prazo: a venda do Projeto Umburanas II, cujo início de fornecimento estava programado para janeiro 2019, reduziu a necessidade de desembolso de caixa nos próximos 15 meses;
- Redução da exposição de comercialização: dentro do escopo da transação, ocorrerá também a cessão dos PPAs do ACL Light II e Mercado Livre II e III, que totalizam um volume de energia vendida de 165,2 MW médios, a partir de 01 de julho 2019, reduzindo a exposição decorrente destes contratos sem lastro.

No dia 24 de outubro, durante a 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica, foi aprovada a transferência do Complexo Eólico Umburanas para a Engie Brasil Energia S.A. Porém, como a negociação envolvia o pedido de cancelamento de 4 outorgas deste mesmo Complexo, restou decidido (i) pela aplicação de uma penalidade de R\$ 3,8 milhões à Companhia e (ii) pela suspensão do direito da Companhia de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL pelo período de 1 ano. Os controladores da Renova não serão afetados pela decisão e a suspensão poderá ser revertida em caso de mudança de controle da Companhia.

#### 4.6 Rolagem do empréstimo ponte do Alto Sertão III

Em 15 de outubro de 2017, a Companhia assinou o sétimo aditivo ao contrato de financiamento celebrado entre o BNDES e a controlada indireta Diamantina Eólica, alterando a data de vencimento da parcela única de amortização para 15 de janeiro de 2018. Também foram alteradas as taxas de juros do Subcrédito “A” de 8% a.a. acima da TJLP para 9% a.a. acima da TJLP e do Subcrédito “C” de 7,34% a.a. para 8,24% a.a.

Posteriormente, em 31 de janeiro de 2018, a Companhia assinou o oitavo aditivo ao contrato, alterando a data de vencimento da parcela única de amortização para 15 de julho de 2018, no valor de R\$ 885,8 milhões (saldo em dez/17). Além disso, em relação aos subcréditos “A” e “B”, a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) foi substituída pela Taxa de Longo Prazo (“TLP”) a partir de 15 de janeiro de 2018.

#### 4.7 Recebimento de nova oferta vinculante da BER para aquisição de ativos

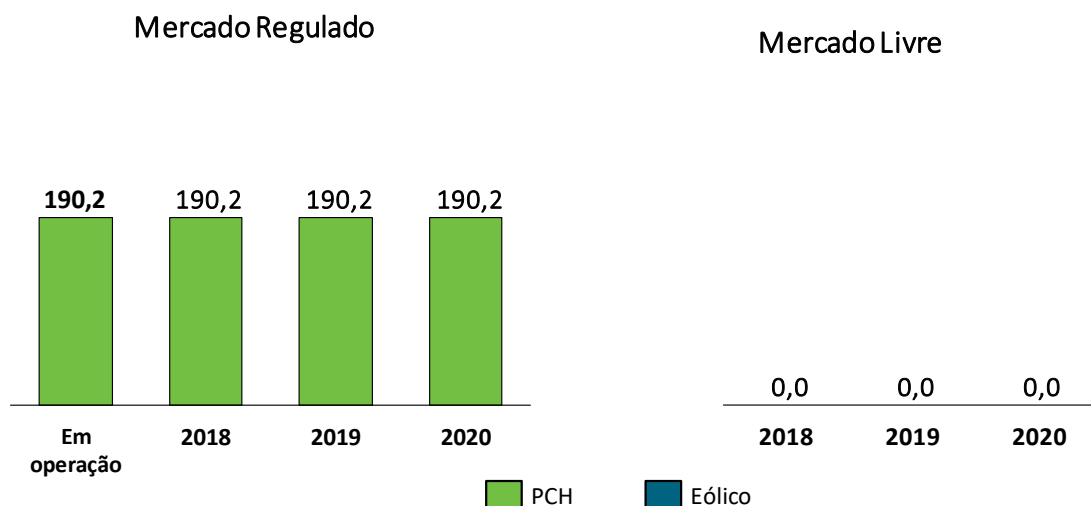
A Renova, conforme Fato Relevante de 23 de fevereiro de 2018, recebeu uma nova oferta vinculante da BER em substituição à oferta original de capitalização primária, que foi aceita em dia 24 de novembro de 2017.

Esta nova proposta contempla a aquisição dos ativos de todo o Complexo de Alto Sertão III, bem como de, aproximadamente, 1,1 GW em determinados projetos eólicos em desenvolvimento. O valor apresentado pelo Complexo ASIII foi de R\$ 650 milhões a ser pago na data de fechamento da transação, valor este sujeito a ajustes usuais. O preço poderá ser acrescido de *earn-out* de até R\$ 150 milhões vinculados à geração futura do Complexo a ser apurada após 5 anos de sua entrada em operação, além de R\$ 187 mil por MW de capacidade instalada para os projetos eólicos em desenvolvimento.

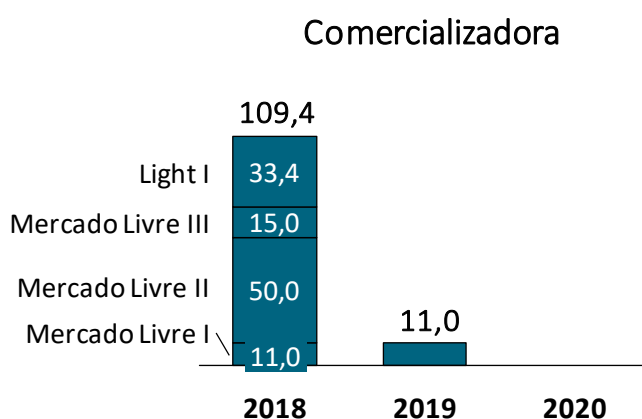
O Conselho de Administração da Companhia, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado no dia 27 de fevereiro de 2018, deliberou favoravelmente ao aceite da proposta vinculante da BER. O Conselho também aprovou a concessão de um novo período de exclusividade à BER por 30 (trinta) dias, prorrogáveis automaticamente por 30 (trinta) dias adicionais, para finalização dos documentos da transação, cuja conclusão efetiva se dará após a

apreciação e aprovação dos órgãos de governança da Companhia e de seus controladores, bem como após o cumprimento de condições precedentes usuais em transações desta natureza.

Capacidade Contratada (MW) – caso transação com BER se concretize



Energia Contratada não lastreada por geração (MWm) - caso transação com BER se concretize



## 5. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2017	2016	Varição
Receita operacional bruta	807.567	527.182	53,2%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(73.469)	(44.045)	66,8%
<b>Receita operacional líquida (ROL)</b>	<b>734.098</b>	<b>483.137</b>	<b>51,9%</b>
Custos não gerenciáveis	(11.491)	(18.162)	-36,7%
Custos gerenciáveis	(655.165)	(341.992)	91,6%
Depreciação	(10.012)	(93.459)	-89,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>57.430</b>	<b>29.524</b>	<b>94,5%</b>
Despesas administrativas	(152.999)	(77.715)	96,9%
Depreciação administrativa	(2.185)	(2.523)	-13,4%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(786.543)	(261.723)	200,5%
Resultado financeiro	(457.879)	(402.601)	13,7%
Resultado de equivalência patrimonial	107.768	31.290	244,4%
Amortização da mais valia	(36.303)	(36.303)	n.a
Ganho na venda de ativos	(147.721)	-	n.a
Outras Receitas	-	20.373	n.a
Perda no Investimento	172.243	(455.427)	n.a
IR e CS	106.654	53.633	98,9%
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.139.535)</b>	<b>(1.101.472)</b>	<b>3,5%</b>



### 5.1. Receita operacional líquida consolidada

No ano de 2017, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$ 734,1 milhões, apresentando um aumento de 51,9% (R\$ 251 milhões) em relação a 2016.

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2017	2016	Variação
Receita líquida - Eólicas	85.579	137.787	-37,9%
Receita líquida - PCHs	36.192	35.318	2,5%
Receita líquida - Solar	-	98	n.a
Receita líquida - Outras	-	2.313	n.a
Receita líquida - Comercialização de energia	612.327	307.621	99,1%
<b>Receita operacional líquida (ROL)</b>	<b>734.098</b>	<b>483.137</b>	<b>51,9%</b>

O aumento de 51,9% na receita líquida do ano de 2017 deve-se à combinação dos seguintes fatores:

- Aumento de 99,1% na receita de comercialização em função principalmente do aumento no PLD no período;
- Aumento de 2,5% na receita líquida das PCHs devido principalmente ao reajuste de preço no contrato que ocorre em junho de cada ano;
- Redução de 37,9% na receita de eólicas em função da alienação do parque Alto Sertão II, vendido para a AES em agosto de 2017.

### 5.2. Custos consolidados

Os custos de produção de energia são separados em gerenciáveis e não gerenciáveis.

**Custos não gerenciáveis:** (i) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba (concessionária na qual as PCHs da ESPRA se conectam), e tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às PCHs da ESPRA e aos parques eólicos operacionais.

No ano de 2017 os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 10,6 milhões, uma redução de 37% em relação a 2016 devido principalmente ao fim da contabilização dos custos referentes ao Complexo Alto Sertão II, vendido para a AES em agosto de 2017.

**Custos gerenciáveis:** (i) atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs, e (ii) compra de energia.

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2017	2016	Variação
Serviços de Terceiros	24.649	31.828	-22,6%
Aluguéis e Arrendamentos	2.780	3.777	-26,4%
Seguros	1.385	2.466	-43,8%
Material de Uso e Consumo	1.321	3.984	-66,8%
Energia para revenda	622.811	295.589	110,7%
Multa sobre ressarcimento	564	1.717	-67,2%
Repactuação do risco hidrológico	1.376	2.466	-44,2%
Outras	279	165	69,1%
<b>Total</b>	<b>655.165</b>	<b>341.992</b>	<b>91,6%</b>

No ano de 2017, os custos gerenciáveis somaram R\$ 655,2 milhões, aumento de 91,6% em relação ao ano anterior, principalmente em função do/a:

- **Energia para Revenda:** Aumento de R\$ 327,2 milhões em compra de energia principalmente devido ao aumento do PLD médio, além da necessidade de compra de energia incentivada no período.
- **Serviços de terceiros:** Redução de R\$ 7,2 milhões na linha de devido principalmente à alienação dos parques do Alto Sertão II.
- **Material de Uso e Consumo:** Redução de R\$ 2,7 milhões também em função da alienação dos parques do Alto Sertão II.

Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizariam R\$ 32,4 milhões no ano de 2017, uma redução de 30,3% em comparação a 2016. Esta redução se deve principalmente à venda do Alto Sertão II, que teve seus custos contabilizados somente até agosto de 2017.

### 5.3. Despesas administrativas consolidadas

No ano, as despesas administrativas totalizaram R\$ 864,7 milhões, representando um aumento de R\$ 525,3 milhões em relação ao ano de 2016. Este número, porém, é fortemente afetado por eventos não recorrentes de efeito apenas contábil.

Considerando apenas o SG&A, temos uma redução de 11,5% no ano que reflete as iniciativas de redução de custos conduzidas pela administração da Companhia no controle dos gastos.

Com relação as despesas não recorrentes no ano de 2017, houve aumento de 241,9% com destaque para a 'Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado' no valor de R\$ 786,5 milhões no ano e reflete o reconhecimento do prejuízo dos investimentos realizados com relação ao valor de mercado de ativos da Companhia.

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2017	2016	Variação
Pessoal e Administração	29.634	38.102	-22,2%
Serviços de Terceiros	32.049	33.777	-5,1%
Aluguéis e arrendamentos	2.016	2.537	-20,5%
Viagens	1.733	2.995	-42,1%
Seguros	107	39	174,4%
Telefonia e TI	3.685	4.730	-22,1%
Material de uso e consumo	570	1.069	-46,7%
Impostos e taxas	7.318	3.919	86,7%
<b>Subtotal SG&amp;A</b>	<b>77.112</b>	<b>87.168</b>	<b>-11,5%</b>
Contingências cíveis e trabalhistas	24.667	-	n.a
Taxas regulatórias	12.292	-	n.a
Projetos descontinuados	21.927	4.320	407,6%
Multa sobre ressarcimento	17.331	12.309	40,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	786.543	261.723	200,5%
Recebimento TerraForm	(25.518)	(35.790)	n.a
Prêmio Mecanismo de desconstrução	7.879	-	n.a
Penalidades contratuais e regulatórias	10.150	-	n.a
Indenizações contratuais	71.100	-	n.a
Perdão de dívida com fornecedor	(61.119)	-	n.a
Outras	(2.822)	9.708	n.a
<b>Total</b>	<b>939.542</b>	<b>339.438</b>	<b>176,8%</b>

As principais variações apresentadas no quadro acima devem-se a:

- **Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado:** efeito contábil decorrente do reconhecimento do *impairment* do projeto Alto Sertão III no valor de R\$ 604,9 milhões e do projeto Graúna no valor de R\$ 181,1 milhões.
- **Contingências cíveis e trabalhistas:** R\$ 24,9 milhões devido principalmente a provisão relacionada à disputa judicial com fornecedor.
- **Projetos descontinuados:** R\$ 21,9 milhões devido principalmente à descontinuação dos seguintes projetos da Companhia: Inventário Rio Balsas (R\$ 10,7 milhões), Novas Tecnologias (R\$ 7,9 milhões) e LER 2014 – Solar (R\$ 2,1 milhões).
- **Indenizações contratuais:** indenização a ser paga a Light, no valor de R\$ 71,1 milhões, referente às novas condições comerciais do aditivo ao PPA Light I, para atender exigências feitas pelo BNDES, financiador do projeto.
- **Perdão de dívida com fornecedor:** perdão de dívida concedido por fornecedor às empresas do Alto Sertão III no valor de R\$ 61,1 milhões, líquidos de impostos.

- **Penalidades contratuais e regulatórias:** referentes a penalidades aplicadas pela ANEEL em decorrência (i) da revogação da outorga de Umburanas, no valor de R\$3,9 milhões, (ii) do cancelamento da outorga de determinados parques, no valor de R\$5,9 milhões e (iii) de autos de infração pelo atraso na implantação e envio de relatórios no valor de R\$ 334 mil.
- **Taxas regulatórias:** gasto de R\$ 6,3 milhões devido ao pagamento das tarifas dos contratos de uso do sistema de transmissão para parques do complexo eólico Alto Sertão III.
- **Multa sobre ressarcimento:** aumento de R\$ 5,0 milhões (40,8%) devido principalmente à contabilização da multa de não geração de energia dos parques do LER 2013 e LER 2014, ambos atrasados.

#### 5.4. Resultado financeiro consolidado

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2017	2016	Variação
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>12.196</b>	<b>16.170</b>	<b>-24,6%</b>
Rendimentos Aplicações Financeiras	6.886	13.488	-48,9%
Outras Receitas Financeiras	5.310	2.682	98,0%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(470.075)</b>	<b>(418.771)</b>	<b>12,3%</b>
Encargos de Dívida	(328.165)	(342.208)	-4,1%
Outras Despesas Financeiras	(141.910)	(76.563)	85,4%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(457.879)</b>	<b>(402.601)</b>	<b>13,7%</b>

As **receitas financeiras** foram 24,6% menores no ano de 2017 do que o ano anterior devido, principalmente, ao menor saldo médio de valores depositados em *escrow accounts* durante o ano.

As **despesas financeiras** aumentaram 12,3% em relação ao ano de 2016 principalmente em função do aumento das taxas de juros de empréstimos e financiamentos, reconhecimento de juros da dívida com fornecedores e contabilização de juros referentes à antecipação de contrato de energia com parte relacionada.

O **resultado financeiro** líquido da Companhia no ano de 2017 foi negativo em R\$ 457,9 milhões, uma piora de 13,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

## 5.5. Brasil PCH

No ano de 2017, a receita líquida consolidada da Brasil PCH totalizou R\$390,9 milhões, 4,3% acima que o ano de 2016 devido, principalmente, ao reajuste do faturamento pelo IGPM que ocorre em junho de cada ano.

Brasil PCH (100%)			
(Valores em R\$ mil)	2017	2016	Variação
Receita Líquida	390.922	374.634	4,3%
Custo com depreciações	(39.227)	(33.537)	17,0%
Outros custos	(53.520)	(52.347)	2,2%
Despesas gerais e administrativas	(13.609)	(5.232)	160,1%
Reversão de perda com contrato oneroso	19.767	(69.395)	-128,5%
Resultado financeiro	(78.270)	(127.435)	-38,6%
IR e CSLL	(14.753)	(17.762)	-16,9%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>211.310</b>	<b>68.926</b>	<b>206,6%</b>

O resultado financeiro líquido da Brasil PCH no ano de 2017 foi negativo em R\$ 78,3 milhões, uma melhora de 38,6% em relação a 2016, que se deve principalmente a variação negativa do IGPM entre os períodos.

No ano de 2017, o lucro líquido somou R\$ 211,3 milhões, apresentando um aumento de 206,6% em relação a 2016. A variação no acumulado do ano em relação a 2016 deve-se principalmente a menor perda no contrato oneroso\*, em função da variação positiva no PLD entre os períodos, e à melhora do resultado financeiro.

A Renova, por meio da Chipley, se apropria de 51% do resultado da Brasil PCH, conforme demonstrado no quadro abaixo e refletido no resultado da Renova no período.

Renova	2017
Equivalência patrimonial	107.768
Amortização da mais valia	-36.303
<b>Resultado</b>	<b>71.465</b>

\* Em 04 de dezembro de 2014 a Brasil PCH S.A. e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. A Companhia identificou este contrato como sendo oneroso em função dos preços de energia contratados serem maiores do que o preço de energia que a Companhia tem expectativa de obter no mercado.

## 5.6. Imposto de renda, contribuição social e resultado líquido

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No ano de 2017, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram um crédito de R\$ 106,7 milhões, em comparação a um crédito de R\$ 53,6 milhões no ano anterior.

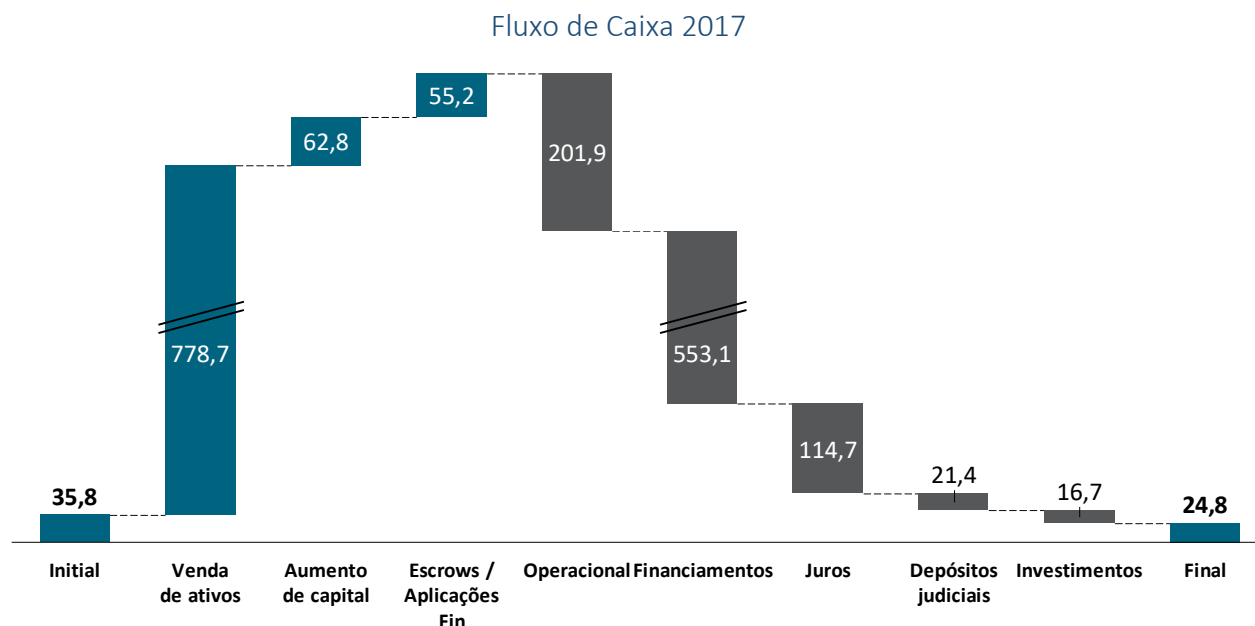
Em 2017, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 1.139,5 milhões, ante ao prejuízo líquido de R\$ 1.101,5 milhões no mesmo período do ano anterior. O resultado de 2017 foi impactado principalmente pelo reconhecimento do *impairment* do Complexo Alto Sertão III e projeto Zeus, além do aumento dos custos com compra de energia para cobrir as necessidades de energia dos contratos vigentes.

## 5.7. EBITDA

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2017	2016	Variação
<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>	<b>(1.139.535)</b>	<b>(1.101.471)</b>	<b>3,5%</b>
(+) IR e CS	(106.654)	(53.633)	98,9%
(+) Depreciação e Amortização	48.500	132.285	-63,3%
(+) Despesas Financeiras	470.075	418.771	12,3%
(-) Receitas Financeiras	(12.196)	(16.170)	-24,6%
<b>EBITDA</b>	<b>(739.810)</b>	<b>(620.218)</b>	<b>19,3%</b>
(+) Ganho na venda de ativos	147.721	-	n.a
(+) Perda investimento	(172.243)	455.427	n.a
(+) Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	786.543	261.723	200,5%
(+) Equivalência patrimonial	(107.768)	(31.290)	244,4%
(+) Outras Despesas/Receitas	2.492	(35.790)	n.a
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>(83.065)</b>	<b>29.852</b>	<b>n.a</b>

No acumulado de 2017, o EBITDA foi negativo em R\$ 739,8 milhões, bastante influenciado pelo *impairment* dos projetos e perdas reconhecida nas vendas de ativos (ações da Terraform Global, Complexo Alto Sertão II e Complexo de Umburanas). O EBITDA ajustado foi de R\$ 83,1 milhões negativos, influenciado principalmente pelo EBITDA negativo da Renova Comercializadora, além da menor receita de eólica devido à venda de Alto Sertão II.

## 6. FLUXO DE CAIXA



No acumulado do ano de 2017, o caixa da Renova apresentou uma redução de R\$ 11,0 milhões em relação à posição de 31 de dezembro de 2016. As principais variações são decorrentes de:

- **Venda de ativos (+):** recebimento de R\$ 456,0 milhões pelas vendas do Complexo Alto Sertão II, de R\$ 305,8 milhões pelas ações da TerraForm Global, e de R\$ 16,9 milhões pelo Complexo de Umburanas.
- **Aumento de capital (+):** R\$ 62,8 milhões referente ao processo de aumento de capital já finalizado, anunciado em 23 de dezembro de 2016 e homologado em 19 de junho em 2017;
- **Operacional (-):** Consumo de caixa pelas atividades operacionais de R\$ 201,9 milhões, líquidos do pagamento de juros;
- **Financiamentos (-):** Pagamento de amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 553,1 milhões;
- **Pagamento de juros (-)** sobre empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$114,7 milhões.
- **Depósitos Judiciais (-):** depósito de R\$ 21,4 milhões relacionado à disputa judicial com fornecedor.
- **Investimentos (-):** pagamentos referentes principalmente ao capex no projeto Alto Sertão III.



## 7. ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Balanco Patrimonial					
Valores em R\$ mil					
Ativo Consolidado			Passivo Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>	<b>143.538</b>	<b>135.860</b>	<b>Circulante</b>	<b>1.750.936</b>	<b>3.346.901</b>
Caixa	24.750	35.786	Emp. e Financiamentos	1.212.702	2.045.371
Aplicações financeiras	-	-	Debêntures	-	670.173
Cientes	44.611	49.138	Fornecedores	259.377	546.911
Outros	57.979	50.936	Outros	235.857	84.446
Ativos mantidos para venda	16.198	-	Passivos diretamente ass. a ativos mantidos para venda	43.000	-
<b>Não Circulante</b>	<b>2.785.799</b>	<b>5.765.276</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>398.593</b>	<b>598.637</b>
Aplicações financeiras	7.789	-	Emp. e Financiamentos	80.636	93.338
Cauções e Depósitos	11.361	87.836	Debêntures	-	-
Outros	36.744	7.709	Fornecedores	25.220	27.703
Investimentos	685.362	947.027	Outros	292.737	477.596
Imobilizado em serviço	173.783	1.807.479	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>779.808</b>	<b>1.955.598</b>
Imobilizado em curso	1.878.549	2.915.225	Capital Social	2.919.019	2.856.255
			Reserva de Capital	55.379	55.379
			Reserva de Lucros	-	-
			Outros resultados abrangentes	-	99.019
			Prejuízos Acumulados	- 2.194.590	- 1.055.055
<b>Ativo Total</b>	<b>2.929.337</b>	<b>5.901.136</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>2.929.337</b>	<b>5.901.136</b>

De acordo com o IFRS 5 / CPC 31, os ativos que têm venda altamente provável, com administração engajada para tal evento, e que a venda deve ser concluída em até um ano, devem ser classificados como ativos mantidos para venda.

Em 31 de dezembro de 2017 todas as linhas do ativo/passivo relativas aos projetos Santapape III e Facheiro I estavam classificadas em uma única linha como ativos/passivos mantidos para a venda, devido a negociações para quitação de dívidas com fornecedores.

### 7.1 Ativo

A redução de 50,4% no ativo deve-se principalmente à baixa do Complexo eólico Alto Sertão II, vendido para AES, do Complexo Umburanas, vendido para a Engie, e ao *impairment* apurado no período (redução do imobilizado em curso).

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de disponibilidades (caixa + aplicações financeiras) era de R\$ 24,8 milhões, uma redução de R\$11,0 milhões em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2016.

## 7.2 Passivo

Durante o ano de 2017, o saldo da dívida reduziu de 2.823,6 milhões para 1.293,5 milhões, redução de 54,2%, principalmente em função da alienação dos parques do Alto Sertão II para a AES Tietê, que também assumiu a dívida do Complexo (R\$ 1.122 milhões), e da quitação do saldo remanescente da 3ª Emissão de Debêntures da Holding (R\$ 365 milhões) com o Banco do Brasil.

As contas de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures de curto e longo prazo encerraram o ano de 2017 no valor total de R\$ 1.293,5 milhões<sup>1</sup>, conforme quadro abaixo:

Contrato	Taxa	R\$ mil
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (subcrédito "A")	TJLP + 9,00% <sup>4</sup>	200.583
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (subcrédito "B")	TJLP + 2,5% <sup>4</sup>	460.478
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (subcrédito "C")	TJ6 + 8,24% a.a.	224.725
BNB <sup>2</sup> - ESPRA	9,5% a.a.	77.788
Finep - CEOL Itaparica	3,5% a.a.	12.171
Outros empréstimos de curto prazo	CDI + 4,3% a 8,7% a.a.	317.748
<b>Total do endividamento</b>		<b>1.293.493</b>
Custo de captação		- 155
<b>End. líquido dos custos</b>		<b>1.293.338</b>
Disponibilidades		24.750
<b>Dívida líquida<sup>3</sup></b>		<b>1.268.588</b>

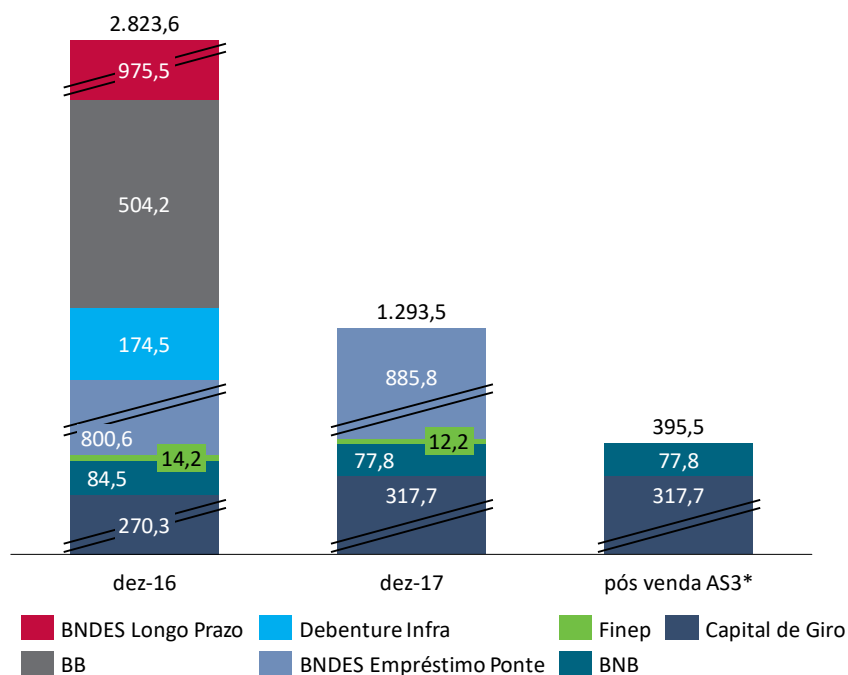
<sup>1</sup> O total representa o valor contabilizado e juros gerados, sem considerar o custo de captação das operações.

<sup>2</sup> Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência).

<sup>3</sup> Considera caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras.

<sup>4</sup> A partir de 15 de janeiro de 2018, indexador "TJLP" foi substituído pela "TLP"

### Endividamento Financeiro por Instituição



\*Valores de dívida considerando posição em 31/dez/17.

### 7.3 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o exercício em R\$ 779,8 milhões e a variação negativa de R\$ 1.175,8 milhões em relação a 31/dez/16 se deve ao prejuízo no ano de 2017, parcialmente compensado pelo aporte de capital realizado.

### 7.4 Risco relacionado à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Companhia respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Companhia e aportes efetuados pela Companhia em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Companhia solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente. Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, um conselheiro fiscal, e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna.

A Companhia esclarece que os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 8. DESEMPENHO DA RNEW11 NA BM&FBOVESPA

Segue o desempenho relativo aos últimos 12 meses da RNEW11 em comparação com o Índice Bovespa e Índice de Energia Elétrica.

R\$ 6,06  
31/12/17



Com as ferramentas do website da Companhia e do relacionamento constante com acionistas e potenciais investidores em eventos públicos e eventos organizados por bancos de investimento, a área de Relação com Investidores da Renova busca atuar de maneira transparente junto ao mercado, atualizando seus investidores do seu posicionamento, seus projetos em desenvolvimento e perspectivas.

As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no website da Companhia ([www.renovaenergia.com.br](http://www.renovaenergia.com.br)), no qual também ganham destaque as principais notícias do setor que possam impactar o plano de negócios da Companhia.

## 9. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Renova estava dividido da seguinte maneira:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
<b>Bloco de Controle</b>	<b>280.251.670</b>	<b>85,0%</b>	-	-	<b>280.251.670</b>	<b>67,17%</b>
RR Comerc de Energia e Participações	57.461.797	17,42%	-	-	57.461.797	13,77%
Light Energia	71.636.173	21,72%	-	-	71.636.173	17,17%
Cemig GT	151.153.700	45,83%	-	-	151.153.700	36,23%
<b>Outros Acionistas</b>	<b>49.553.573</b>	<b>15,03%</b>	<b>87.392.001</b>	<b>100,00%</b>	<b>136.945.574</b>	<b>32,83%</b>
RR Comerc de Energia Participações*	6.302.757	1,91%	1.213.600	1,39%	7.516.357	1,80%
BNDESPAR	6.966.829	2,11%	13.933.658	15,94%	20.900.487	5,01%
InfraBrasil	11.651.467	3,53%	23.302.933	26,66%	34.954.400	8,38%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	1,66%	10.940.586	12,52%	16.410.879	3,93%
Outros	19.162.227	5,81%	38.001.224	43,48%	57.163.451	13,70%
<b>Total</b>	<b>329.805.243</b>	<b>100,0%</b>	<b>87.392.001</b>	<b>100,00%</b>	<b>417.197.244</b>	<b>100,00%</b>

\*Ações fora do bloco de controle

Para cálculo do *market cap* deve-se considerar o total de ações da Renova, dividir o valor por 3 (devido a negociação em *Units*, composta por uma ação ordinária e duas ações preferenciais) e multiplicar pela cotação do valor mobiliário RNEW11 na data desejada.

## 10. GLOSSÁRIO

**Alto Sertão II** - 15 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2010 e no LEN 2011 (A-3) e que possuem capacidade instalada de 386,1 MW

**Alto Sertão III** - 44 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LEN 2012 (A-5), LER 2013 e os parques comercializados no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 736,8 MW

**Alto Sertão III Fase A** – 24 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LEN 2012 (A-5), LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 411,0 MW.

**ANEEL** - Agência Nacional de Energia Elétrica

**A-3/A-5** - Leilão de Energia Nova no qual a contratação de energia antecede 3 anos no A-3 e 5 anos no A-5 do início do suprimento

**ESPRA** – Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da companhia

**LEN** - Leilão de Energia Nova

**LER** - Leilão de Energia de Reserva

**Mercado Livre** - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização

**Mercado Livre I** – um parque eólico da Renova, localizado no interior da Bahia, que comercializou energia no mercado livre e que possui capacidade instalada de 21,6 MW.

**Mercado Livre II** – oito parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 101,4 MW.

**Mercado Livre III** - um parque eólico da Renova, localizado no interior da Bahia, que comercializou energia no mercado livre e que possui capacidade instalada de 32,4 MW.

**Mercado Regulado** - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL

**PPA** – *Power Purchase Agreement* - contrato para compra de energia

**PCHs** - Pequenas Centrais Hidrelétricas

**PLD** - Preço de Liquidação de Diferenças, divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 381/03, divulgamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), que prestam serviço para a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.



## DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

São Paulo, 27 de março de 2018.

---

Cristiano Corrêa de Barros

Diretor Presidente Interino e Vice-Presidente de Finanças, Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da **RENOVA ENERGIA S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independente, o qual apresenta parágrafos de ênfase, também corroborados pelos conselheiros fiscais, acerca (i) dos riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos (conforme nota 19.2 das DFs); e (ii) a relevância, complexidade e criticidade dos testes e resultados obtidos na análise da recuperabilidade dos ativos, opina favoravelmente, por maioria, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas, com voto contrário da conselheira Vanessa Claro Lopes, cuja manifestação de voto constitui o Anexo I à ata de reunião do Conselho Fiscal desta data.

São Paulo, 27 de março de 2018.

Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior  
**Presidente do Conselho Fiscal**

### **Membros do Conselho Fiscal:**

Vanessa Claro Lopes

Joel Antônio de Araújo

Maurício José Palmieri Orlandi